



TESOURO NACIONAL

2024

22 de abril de
2025

Boletim

Estatísticas Fiscais do Governo Geral

Resultados 2024 (anual e trimestral)



Ministério da Fazenda

Fernando Haddad

Secretaria Executiva do Ministério da Fazenda

Dario Carnevalli Durigan

Secretaria do Tesouro Nacional

Rogério Ceron de Oliveira

Secretaria Adjunta do Tesouro Nacional

Viviane Aparecida da Silva Varga

Subsecretaria de Planejamento Estratégico da Política Fiscal

David Rebelo Athayde

Coordenação Geral de Estudos Econômico-Fiscais

Pedro Ivo Ferreira de Souza Junior

Coordenação de Suporte aos Estudos Econômico-Fiscais

Alex Pereira Benício

Coordenação de Suporte às Estatísticas Fiscais

Rafael Perez Marcos

Equipe Técnica

Ana Cristina Secchi Correia

Gabriel Gdalevici Junqueira

Guilherme Ceccato

Kalina Ramos Porto

Karla de Lima Rocha

Marcos Henrique Benício Araújo

Vitor Henrique Barbosa Fabel

Assessoria de Comunicação Social do Tesouro Nacional**Arte**

Hugo Pullen

Informações

E-mail: ascom@tesouro.gov.br

Disponível em: www.tesourotransparente.gov.br

**Permitida a reprodução total ou parcial desta publicação desde que citada a fonte.*

Sumário

1. Resultados no Ano de 2024	5
1.1. Receita do Governo Geral.....	10
1.2. Despesa do Governo Geral	13
2. Resultado do 4º Trimestre de 2024	18
2.1. Receita do Governo Geral.....	21
2.2. Despesa do Governo Geral	23
3. Notas Metodológicas.....	27

Lista de Gráficos e Tabelas

Tabela 1. Demonstrativo de operações do Governo Geral - Brasil - Anual - 2024.....	7
Tabela 2. Demonstrativo de operações do Governo Geral - Brasil - Anual - 2023 e 2024.....	8
Tabela 3. Demonstrativo de operações do Governo Geral - Brasil - Anual - 2024.....	9
Tabela 4. Demonstrativo da receita do Governo Geral - Brasil - Anual - 2024	10
Tabela 5. Demonstrativo da receita do Governo Geral - Brasil - Anual - 2023 e 2024	11
Tabela 6. Demonstrativo da despesa do Governo Geral - Brasil - Anual - 2024	13
Tabela 7. Demonstrativo da despesa do Governo Geral - Brasil - Anual - 2023 e 2024	14
Tabela 8. Demonstrativo de operações do Governo Geral - 4º Trimestre de 2024	19
Tabela 9. Demonstrativo de operações do Governo Geral - Brasil - 4º Trimestre de 2023 e 2024	19
Tabela 10. Demonstrativo de operações do Governo Geral - Brasil - 4º Trimestre de 2024	20
Tabela 11. Demonstrativo da receita do Governo Geral - Brasil - 4º Trimestre de 2024.....	21
Tabela 12. Demonstrativo da receita do Governo Geral - Brasil - 4º trimestre de 2023 e 2024.....	22
Tabela 13. Demonstrativo da despesa do Governo Geral - Brasil - 4º Trimestre de 2024.....	23
Tabela 14. Demonstrativo da despesa do Governo Geral - Brasil - 4º Trimestre de 2023 e 2024.....	24
Gráfico 1. Necessidade de financiamento líquida por esfera de governo - Brasil - Anual - 2010 a 2024	8
Gráfico 2. Receita e despesa do Governo Geral - Brasil - Anual - 2010 a 2024.....	9
Gráfico 3. Evolução da receita por esfera de governo - Brasil - Anual - 2010 a 2024	10
Gráfico 4. Composição da receita do Governo Geral - Brasil - Anual - 2010 a 2024	11
Gráfico 5. Composição da receita de impostos do Governo Geral - Brasil - Anual - 2010 a 2024	11
Gráfico 6. Composição da receita por esfera de governo - Brasil - Anual - 2024.....	12
Gráfico 7. Evolução da despesa por esfera de governo - Brasil - Anual - 2010 a 2024	14
Gráfico 8. Evolução dos componentes da despesa: gasto e investimento do Governo Geral - Brasil - Anual - 2010 a 2024	15
Gráfico 9. Composição do gasto do Governo Geral - Brasil - Anual - 2010 a 2024	15
Gráfico 10. Composição da despesa por esfera de governo - Brasil - Anual - 2024.....	16
Gráfico 11. Evolução do investimento líquido, consumo de capital fixo e investimento bruto do Governo Geral - Brasil - Anual - 2010 a 2024.....	16
Gráfico 12. Evolução do investimento líquido por esfera de governo - Brasil - Anual - 2010 a 2024.....	17
Gráfico 13. Composição do investimento bruto em ativos fixos (FBCF ¹) do Governo Geral - Brasil - Anual - 2024.....	17
Gráfico 14 - Capacidade (+) / Necessidade (-) de financiamento líquida por esfera de governo - Brasil - 2023 e 2024	20
Gráfico 15. Receita e despesa do Governo Geral - Brasil - 2023 e 2024	21
Gráfico 16. Evolução da receita por esfera de governo - Brasil - 2023 e 2024	22
Gráfico 17. Composição da receita do Governo Geral - Brasil - 2023 e 2024	22
Gráfico 18. Evolução das despesas por esfera de governo - Brasil - 2023 e 2024	24
Gráfico 19. Evolução dos componentes da despesa: gasto e investimento do Governo Geral - Brasil - 2023 e 2024.....	25
Gráfico 20. Composição do gasto do Governo Geral - Brasil - 2023 e 2024	25
Gráfico 21. Evolução do investimento líquido por esfera de governo - Brasil - 2023 e 2024.....	26
Gráfico 22. Composição do investimento bruto em ativos fixos (FBCF ¹) do Governo Geral - Brasil - 4º trimestre de 2024.....	26

1. Resultados de 2024

O Boletim de Estatísticas Fiscais do Governo Geral¹ apresenta estatísticas das três esferas de governo (governo central, governos estaduais e municipais) consolidadas no setor governo geral, segundo a metodologia do Manual de Estatísticas de Finanças Públicas de 2014 do Fundo Monetário Internacional-FMI – MEFP 2014 (em inglês, *Government Finance Statistics Manual – GFSM 2014*), e faz parte do esforço do Tesouro Nacional de convergência às melhores práticas internacionais². As despesas são apuradas pelo regime de competência³, o que significa que o registro ocorre quando o governo assume a obrigação, independentemente do pagamento efetivo, ou seja, mesmo que o pagamento seja realizado em uma data futura, a despesa é contabilizada no período em que o compromisso é firmado. Por outro lado, as receitas são apuradas pelo regime de caixa, sendo registradas somente quando o valor é efetivamente recebido. Nas estatísticas de finanças públicas, há uma necessidade líquida de financiamento quando a diferença entre a receita e a despesa é negativa. No caso de um resultado positivo, existe uma capacidade líquida de financiamento.

Em 2024, a necessidade líquida de financiamento do governo geral alcançou 6,17% do PIB, ante 7,71% do PIB registrado no ano anterior. Essa variação é explicada pelo aumento nominal de 12,69% da receita em relação ao ano anterior ante um aumento nominal de 8,13% da despesa no mesmo período. A decomposição por esfera de governo da necessidade de financiamento de 6,17% do PIB do governo geral revela que esse valor deriva da necessidade de financiamento de 5,70% do PIB do governo central, de 0,48% do PIB dos governos estaduais e uma capacidade de financiamento de 0,01% do PIB dos governos municipais. Para o governo central, esse resultado foi reflexo do aumento nominal de 12,11% da receita e de 7,21% da despesa. Os governos estaduais, por sua vez, registraram um aumento nominal de receita e despesa de 12,20% e 8,24%, respectivamente. Já a capacidade líquida de financiamento da ordem de 0,01% do PIB dos governos municipais é derivada de um aumento nominal de 13,78% na receita e de 14,64% na despesa em relação a 2023.

Em porcentagem do PIB, o total da receita do governo geral passou de 37,60% em 2023 para 39,48% em 2024. O aumento de 1,88 p.p. do PIB reflete um acréscimo na receita de impostos (1,97 p.p. do PIB), bem

¹ Os resultados das Estatísticas Fiscais Trimestrais apresentados neste Boletim não substituem outras estatísticas relacionadas às finanças públicas, como as estatísticas fiscais do Resultado do Tesouro Nacional e do Banco Central do Brasil, que observam aspectos metodológicos específicos.

² <https://www.imf.org/external/np/sta/gfsm/>.

³ A apuração da despesa pelo regime de competência corresponde ao conceito de despesa liquidada incluída a liquidação de restos a pagar não processados inscritos em exercícios anteriores.

como na arrecadação de contribuições sociais (0,05 p.p. do PIB). As outras receitas, por sua vez, apresentaram diminuição de 0,14 p.p. do PIB decorrente, principalmente, do decréscimo observado na receita de juros ao passar de 2,59% do PIB em 2023 para 2,31% do PIB em 2024.

Na análise por esfera de governo destaca-se o aumento de 1,40 p.p. do PIB na arrecadação de impostos pelo governo central, impulsionado, dentre outros fatores, pelas seguintes razões: i) elevação na arrecadação do governo central com a Contribuição para o financiamento da seguridade social (COFINS) sobre os combustíveis; ii) Imposto sobre produto industrializado (IPI), influenciado pelo aumento no IPI vinculado à importação, em razão do aumento das alíquotas médias desses tributos e iii) Impostos sobre renda, lucros e ganhos de capital, em decorrência do aumento na arrecadação do Imposto sobre a renda retido na fonte (IRRF) sobre a tributação de fundos de investimentos.

Na esfera estadual o aumento da receita deveu-se basicamente à reoneração do ICMS sobre os combustíveis em 2024, além do crescimento da venda de bens acima da variação do PIB. Já na esfera municipal, o aumento da receita está relacionado ao aumento da arrecadação do Imposto sobre serviços de qualquer natureza – ISS.

A despesa total do governo geral registrou aumento em termos de porcentagem do PIB, ao passar de 45,31% do PIB no ano anterior para 45,65% do PIB em 2024. Os gastos, por sua vez, passaram de 44,89% do PIB em 2023 para 45,00% do PIB em 2024. Ressalte-se o crescimento de 0,21 p.p. do PIB do gasto com uso de bens e serviços, que compreende as despesas realizadas pelo governo com a aquisição de insumos necessários para o funcionamento da administração pública e para a prestação de serviços à sociedade, seguido pelo aumento de 0,14 p.p. do PIB dos gastos com juros. No que diz respeito aos gastos com benefícios previdenciários e assistenciais, observou-se decréscimo de 0,11 p.p. do PIB explicado, principalmente, pelo pagamento de sentenças judiciais e precatórios em 2023 pelo governo central (julgamento do Superior Tribunal Federal das Ações Diretas de Inconstitucionalidade - ADIs nº 7.064 e nº 7.047), sem evento correspondente em 2024.

Já o investimento líquido do governo geral, que corresponde à aquisição de ativos fixos deduzida de suas vendas e do consumo de capital fixo, passou de 0,41% para 0,65% do PIB em 2024. Esse resultado marcou o terceiro ano consecutivo em que o investimento líquido do governo geral registrou um valor positivo, o que antes de 2022 não ocorria desde 2015. Esse resultado é explicado, principalmente, pelos investimentos realizados pelos governos municipais em projetos de infraestrutura, por exemplo, conservação e manutenção da malha viária, ampliação de frota e estruturação das edificações públicas. Na decomposição por esfera de governo, observa-se que o investimento líquido dos governos estaduais e municipais foram

de 0,19% e 0,61% do PIB, respectivamente, mantendo o ritmo de crescimento do investimento líquido desde 2022. Já o governo central registrou investimento líquido negativo de 0,16% do PIB.

Tabela 1. Demonstrativo de operações do Governo Geral - Brasil - Anual - 2024

Dados em: R\$ Milhões - Valores correntes

Fonte: STN, IBGE e BCB

Demonstrativo de operações - Governo Geral	Governo Central				Governos Estaduais	Governos Municipais	Coluna de consolidação	Governo Geral ¹
	Orçamentário	Extraorçamentário	Coluna de consolidação	Governo Central consolidado				
1. Receita	3.114.629	0	0	3.114.629	1.525.472	1.289.043	-1.292.487	4.636.656
d/q 1411. Juros	289.319	0	0	289.319	20.151	39.894	-78.621	270.743
2M. Despesa (2+31)	3.784.309	0	0	3.784.309	1.581.552	1.288.135	-1.292.487	5.361.509
2. Gasto	3.802.525	0	0	3.802.525	1.558.729	1.216.570	-1.292.487	5.285.336
d/q 23. Consumo de capital fixo	47.595	0	0	47.595	63.051	64.237	0	174.882
d/q 24. Juros	937.681	0	0	937.681	102.522	10.409	-78.621	971.991
31. Investimento líquido	-18.215	0	0	-18.215	22.823	71.566	0	76.173
311. Ativos fixos	-12.516	0	0	-12.516	22.448	70.030	0	79.962
312. Estoques	858	0	0	858	375	1.544	0	2.777
313. Objetos de valor	18	0	0	18	0	0	0	18
314. Ativos não produzidos	-6.576	0	0	-6.576	0	-8	0	-6.585
Capacidade (+) / Necessidade (-) líquida de financiamento (1-2M)	-669.680	0	0	-669.680	-56.080	908	0	-724.853
Capacidade (+) / Necessidade (-) líquida de financiamento primária ((1-1411) - (2M-24))	-21.318	0	0	-21.318	26.291	-28.577	0	-23.604
Itens de memorando:								
1. Investimento bruto em ativos fixos (FBCF)	35.079	0	0	35.079	85.499	134.267	0	254.845
2. Resultado operacional bruto - ROB (1-2+23)	-640.301	0	0	-640.301	29.794	136.710	0	-473.798
3. Resultado operacional líquido - ROL (1-2)	-687.896	0	0	-687.896	-33.257	72.473	0	-648.680

(1) O resultado consolidado do governo geral exclui as transferências e juros intergovernamentais.

Tabela 2. Demonstrativo de operações do Governo Geral - Brasil - Anual - 2023 e 2024

Dados em: R\$ Milhões - Valores correntes

Fonte: STN, IBGE e BCB

Demonstrativo de operações - Governo Geral	2023	2024	Diferença	Var. %
1. Receita	4.114.353	4.636.656	522.303	12,69%
d/q 1411. Juros	283.576	270.743	-12.833	-4,53%
2M. Despesa (2+31)	4.958.352	5.361.509	403.157	8,13%
2. Gasto	4.912.999	5.285.336	372.337	7,58%
d/q 23. Consumo de capital fixo	166.781	174.882	8.101	4,86%
d/q 24. Juros	890.366	971.991	81.625	9,17%
31. Investimento líquido	45.353	76.173	30.820	67,96%
Capacidade (+) / Necessidade (-) líquida de financiamento (1-2M)	-843.999	-724.853	119.146	-14,12%
Capacidade (+) / Necessidade (-) líquida de financiamento primária ((1-1411) - (2M-24))	-237.209	-23.604	213.604	-90,05%
Itens de memorando:				
1. Investimento bruto em ativos fixos (FBCF)	214.461	254.845	40.383	18,83%
2. Resultado operacional bruto - ROB (1-2+23)	-631.865	-473.798	158.067	-25,02%
3. Resultado operacional líquido - ROL (1-2)	-798.646	-648.680	149.966	-18,78%

Gráfico 1. Necessidade de financiamento líquida por esfera de governo - Brasil - Anual - 2010 a 2024

Dados em: % PIB

Fonte: STN, IBGE e BCB

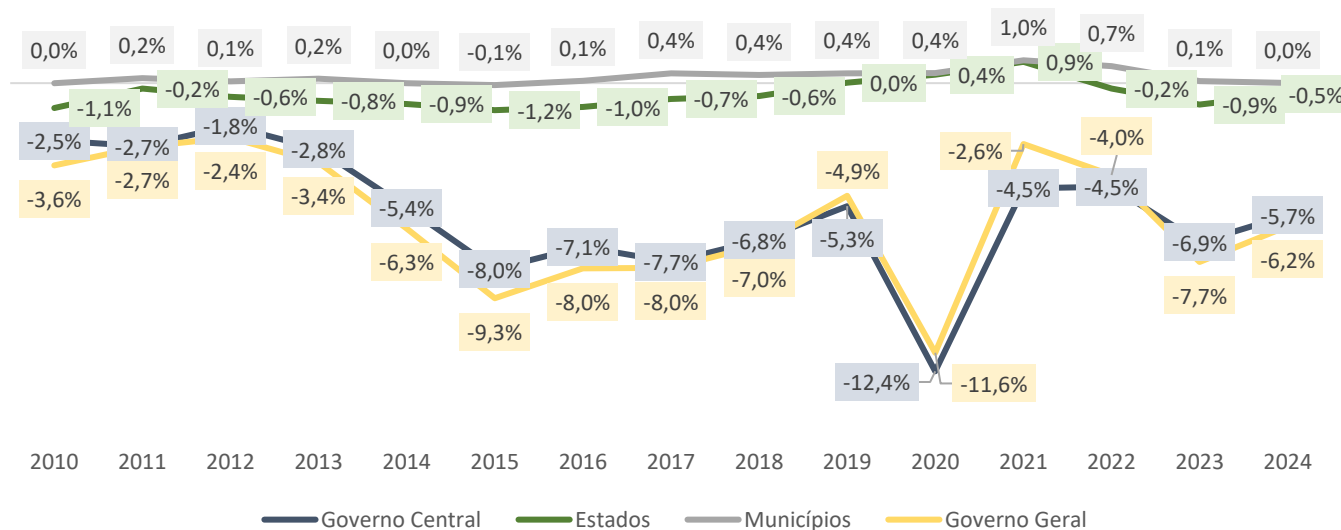


Gráfico 2. Receita e despesa do Governo Geral - Brasil - Anual - 2010 a 2024

Dados em: % PIB

Fonte: STN, IBGE e BCB

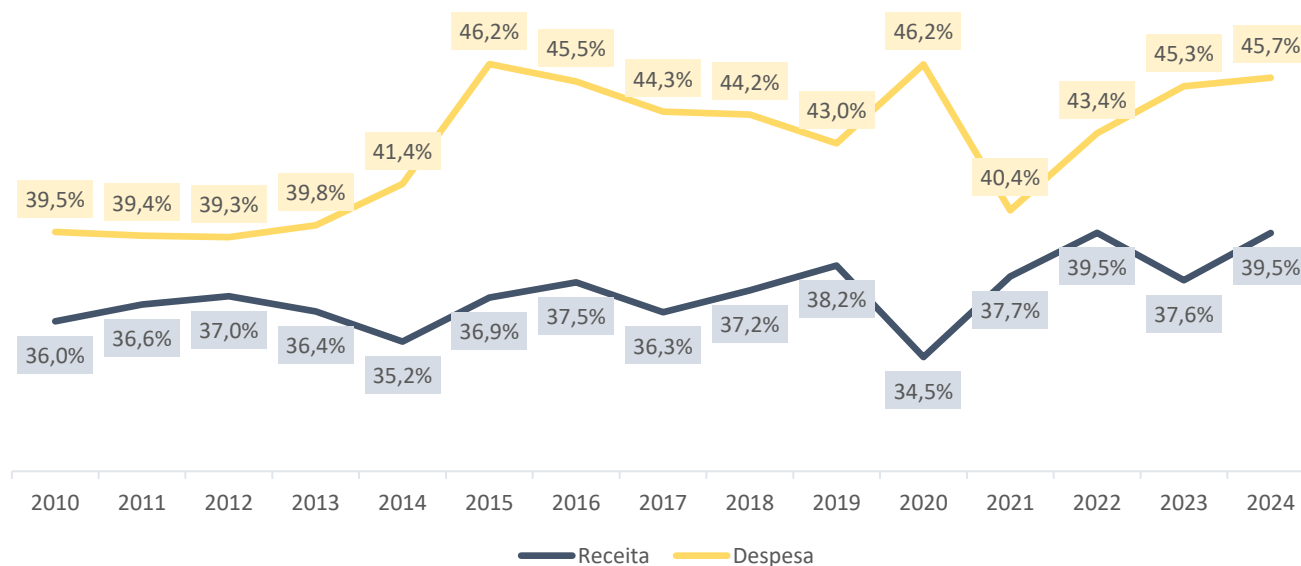


Tabela 3. Demonstrativo de operações do Governo Geral - Brasil - Anual - 2024

Dados em: % do PIB

Fonte: STN, IBGE e BCB

Demonstrativo de operações – Governo Geral	Governo Central				Governos Estaduais	Governos Municipais	Coluna de consolidação	Governo Geral ¹
	Orçamentário	Extraorçamentário	Coluna de consolidação	Governo Central consolidado				
1. Receita	26,5%	0,0%	0,0%	26,5%	13,0%	11,0%	-11,0%	39,5%
d/q 1411. Juros	2,5%	0,0%	0,0%	2,5%	0,2%	0,3%	-0,7%	2,3%
2M. Despesa (2+31)	32,2%	0,0%	0,0%	32,2%	13,5%	11,0%	-11,0%	45,7%
2. Gasto	32,4%	0,0%	0,0%	32,4%	13,3%	10,4%	-11,0%	45,0%
d/q 23. Consumo de capital fixo	0,4%	0,0%	0,0%	0,4%	0,5%	0,5%	0,0%	1,5%
d/q 24. Juros	8,0%	0,0%	0,0%	8,0%	0,9%	0,1%	-0,7%	8,3%
31. Investimento líquido	-0,2%	0,0%	0,0%	-0,2%	0,2%	0,6%	0,0%	0,6%
311. Ativos fixos	-0,1%	0,0%	0,0%	-0,1%	0,2%	0,6%	0,0%	0,7%
312. Estoques	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
313. Objetos de valor	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
314. Ativos não produzidos	-0,1%	0,0%	0,0%	-0,1%	0,0%	0,0%	0,0%	-0,1%
Capacidade (+) / Necessidade (-) líquida de financiamento (1-2M)	-5,7%	0,0%	0,0%	-5,7%	-0,5%	0,0%	0,0%	-6,2%
Capacidade (+) / Necessidade (-) líquida de financiamento primária ((1-1411) - (2M-24))	-0,2%	0,0%	0,0%	-0,2%	0,2%	-0,2%	0,0%	-0,2%
Itens de memorando:								
1. Investimento bruto em ativos fixos (FBCF)	0,3%	0,0%	0,0%	0,3%	0,7%	1,1%	0,0%	2,2%
2. Resultado operacional bruto - ROB (1-2+23)	-5,5%	0,0%	0,0%	-5,5%	0,3%	1,2%	0,0%	-4,0%
3. Resultado operacional líquido - ROL (1-2)	-5,9%	0,0%	0,0%	-5,9%	-0,3%	0,6%	0,0%	-5,5%

(1) O resultado consolidado do governo geral exclui as transferências e juros intergovernamentais

1.1. Receita do Governo Geral

Tabela 4. Demonstrativo da receita do Governo Geral - Brasil - Anual - 2024

Dados em: R\$ Milhões - Valores correntes

Fonte: STN, IBGE e BCB

Receita do Governo Geral	Governo Central				Governos Estaduais	Governos Municipais	Coluna de consolidação	Governo Geral ¹
	Orçamentário	Extraorçamentário	Coluna de consolidação	Governo Central consolidado				
1. Receita	3.114.629	0	0	3.114.629	1.525.472	1.289.043	-1.292.487	4.636.656
11. Impostos	1.814.057	0	0	1.814.057	943.606	253.394	0	3.011.057
111. Impostos sobre renda, lucros e ganhos de capital	1.063.877	0	0	1.063.877	0	0	0	1.063.877
112. Impostos sobre a folha de pagamento e a mão de obra	35.668	0	0	35.668	0	0	0	35.668
113. Impostos sobre a propriedade	3.268	0	0	3.268	103.718	93.759	0	200.744
114. Impostos sobre bens e serviços	633.743	0	0	633.743	839.888	159.635	0	1.633.266
115. Impostos sobre o comércio e transações internacionais	77.500	0	0	77.500	0	0	0	77.500
116. Outros impostos	0	0	0	0	0	0	0	0
12. Contribuições sociais	698.492	0	0	698.492	113.163	64.902	0	876.558
13. Transferências / Doações	531	0	0	531	347.930	865.491	-1.213.866	88
14. Outras receitas	601.548	0	0	601.548	120.772	105.255	-78.621	748.954
1411. Juros	289.319	0	0	289.319	20.151	39.894	-78.621	270.743
14x. Demais	312.229	0	0	312.229	100.621	65.362	0	478.212

(1) O resultado consolidado do governo geral exclui as transferências e juros intergovernamentais

Gráfico 3. Evolução da receita por esfera de governo - Brasil - Anual - 2010 a 2024

Dados em: % PIB

Fonte: STN, IBGE e BCB

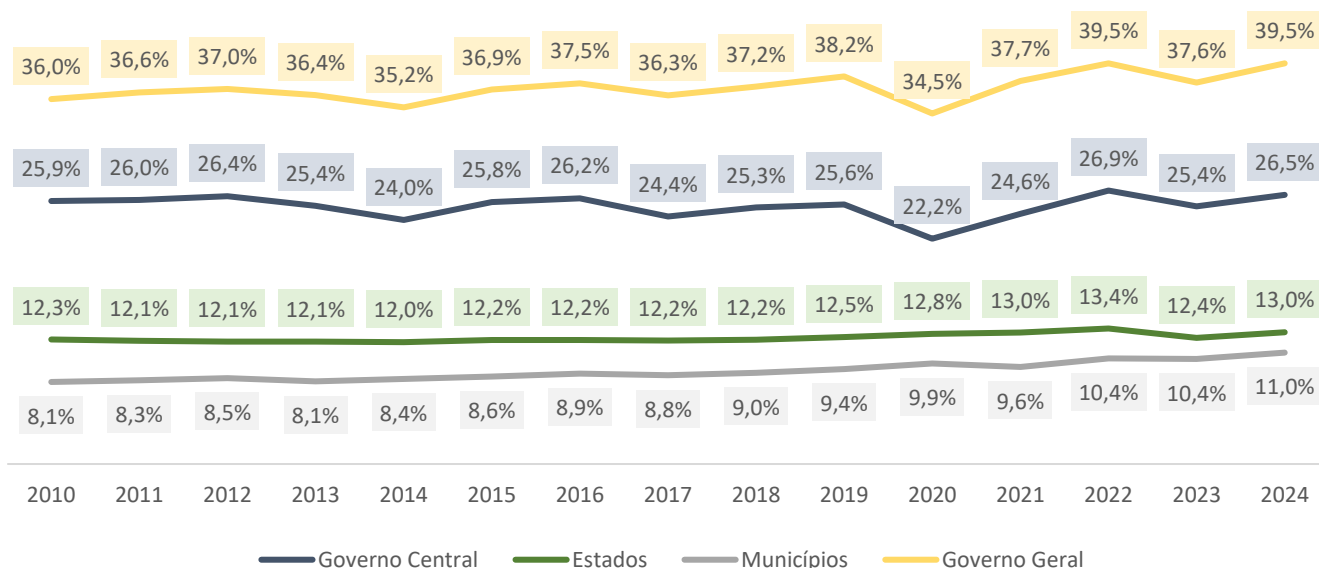


Tabela 5. Demonstrativo da receita do Governo Geral - Brasil - Anual - 2023 e 2024

Dados em: R\$ Milhões - Valores correntes

Fonte: STN, IBGE e BCB

Receita do Governo Geral	2023	2024	Diferença	Var. %
1. Receita	4.114.353	4.636.656	522.303	12,69%
11. Impostos	2.590.111	3.011.057	420.945	16,25%
12. Contribuições sociais	811.361	876.558	65.197	8,04%
13. Transferências / Doações	25	88	62	243,70%
14. Outras receitas	712.856	748.954	36.099	5,06%

Gráfico 4. Composição da receita do Governo Geral - Brasil - Anual - 2010 a 2024

Dados em: % PIB

Fonte: STN, IBGE e BCB

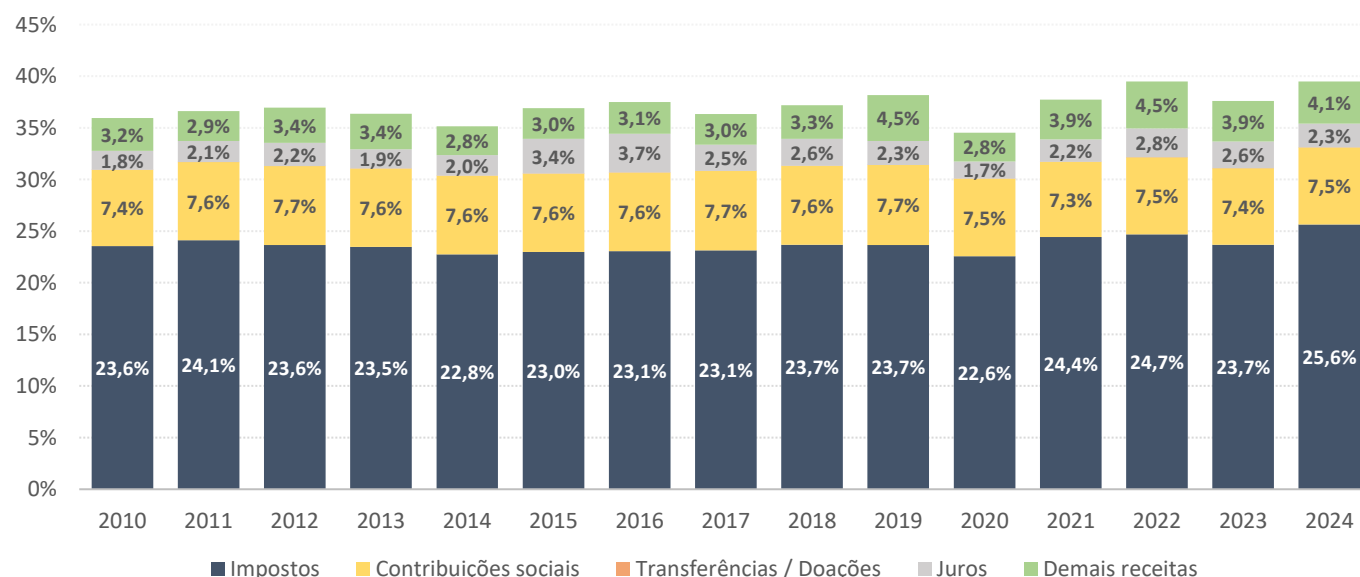


Gráfico 5. Composição da receita de impostos do Governo Geral - Brasil - Anual - 2010 a 2024

Dados em: % PIB

Fonte: STN, IBGE e BCB

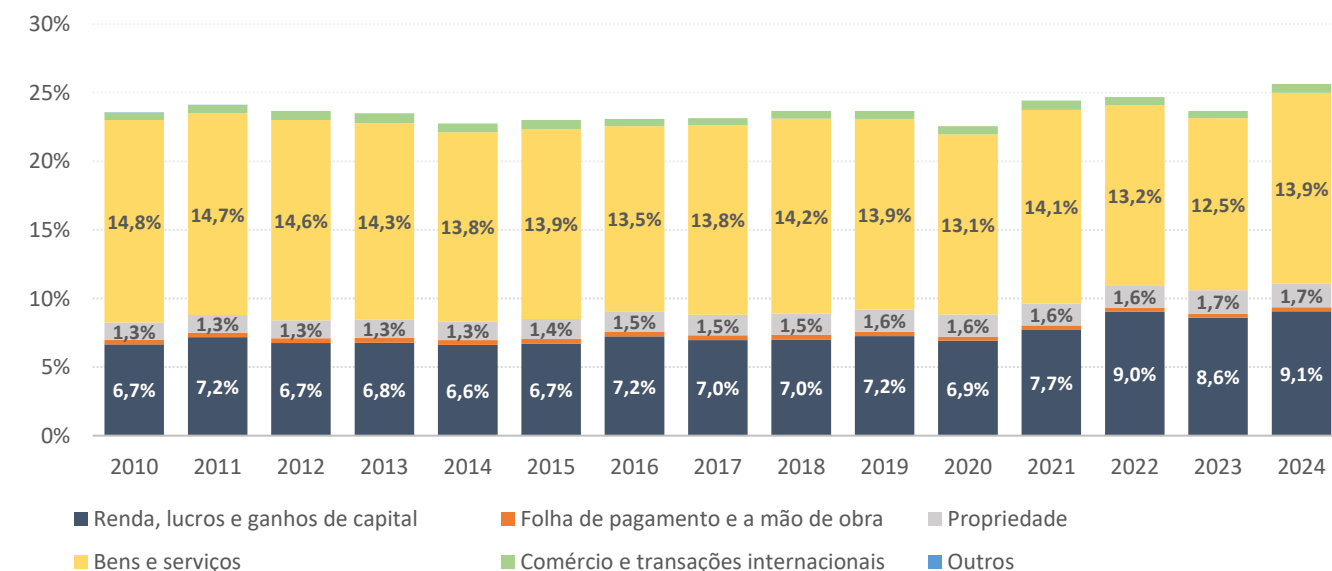
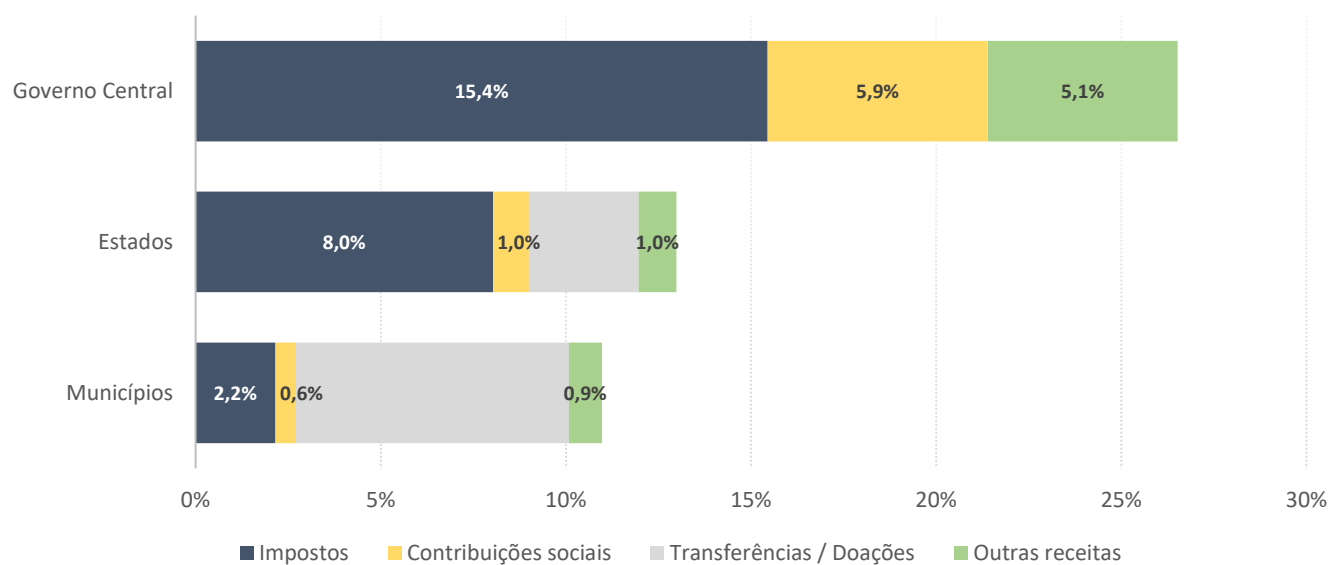


Gráfico 6. Composição da receita por esfera de governo - Brasil - Anual - 2024

Dados em: % PIB

Fonte: STN, IBGE e BCB



1.2. Despesa do Governo Geral

Tabela 6. Demonstrativo da despesa do Governo Geral - Brasil - Anual - 2024

Dados em: R\$ Milhões - Valores correntes

Fonte: STN, IBGE e BCB

Despesa do Governo Geral	Governo Central				Governos Estaduais	Governos Municipais	Coluna de consolidação	Governo Geral ¹
	Orçamentário	Extraorçamentário	Coluna de consolidação	Governo Central consolidado				
2M. Despesa (2+31)	3.784.309	0	0	3.784.309	1.581.552	1.288.135	-1.292.487	5.361.509
2. Gasto	3.802.525	0	0	3.802.525	1.558.729	1.216.570	-1.292.487	5.285.336
21. Remuneração de empregados	240.297	0	0	240.297	506.439	526.640	0	1.273.375
22. Uso de bens e serviços	80.479	0	0	80.479	213.045	385.151	0	678.675
23. Consumo de capital fixo	47.595	0	0	47.595	63.051	64.237	0	174.882
24. Juros	937.681	0	0	937.681	102.522	10.409	-78.621	971.991
25. Subsídios	17.270	0	0	17.270	3.770	12.116	0	33.156
26. Transferências / Doações	921.741	0	0	921.741	289.480	6.253	-1.213.866	3.608
27. Benefícios previdenciários e assistenciais	1.486.878	0	0	1.486.878	284.633	95.482	0	1.866.993
28. Outros gastos	70.583	0	0	70.583	95.790	116.283	0	282.656
31. Investimento líquido	-18.215	0	0	-18.215	22.823	71.566	0	76.173
311. Ativos fixos	-12.516	0	0	-12.516	22.448	70.030	0	79.962
312. Estoques	858	0	0	858	375	1.544	0	2.777
313. Objetos de valor	18	0	0	18	0	0	0	18
314. Ativos não produzidos	-6.576	0	0	-6.576	0	-8	0	-6.585
Itens de memorando								
31.1. Aquisição de ativos não financeiros	36.508	0	0	36.508	86.649	137.632	0	260.790
31.2. Venda de ativos não financeiros	7.129	0	0	7.129	775	1.830	0	9.734
31.3. Consumo de capital fixo	47.595	0	0	47.595	63.051	64.237	0	174.882

(1) O resultado consolidado do governo geral exclui as transferências e juros intergovernamentais

Gráfico 7. Evolução da despesa por esfera de governo - Brasil - Anual - 2010 a 2024

Dados em: % PIB

Fonte: STN, IBGE e BCB

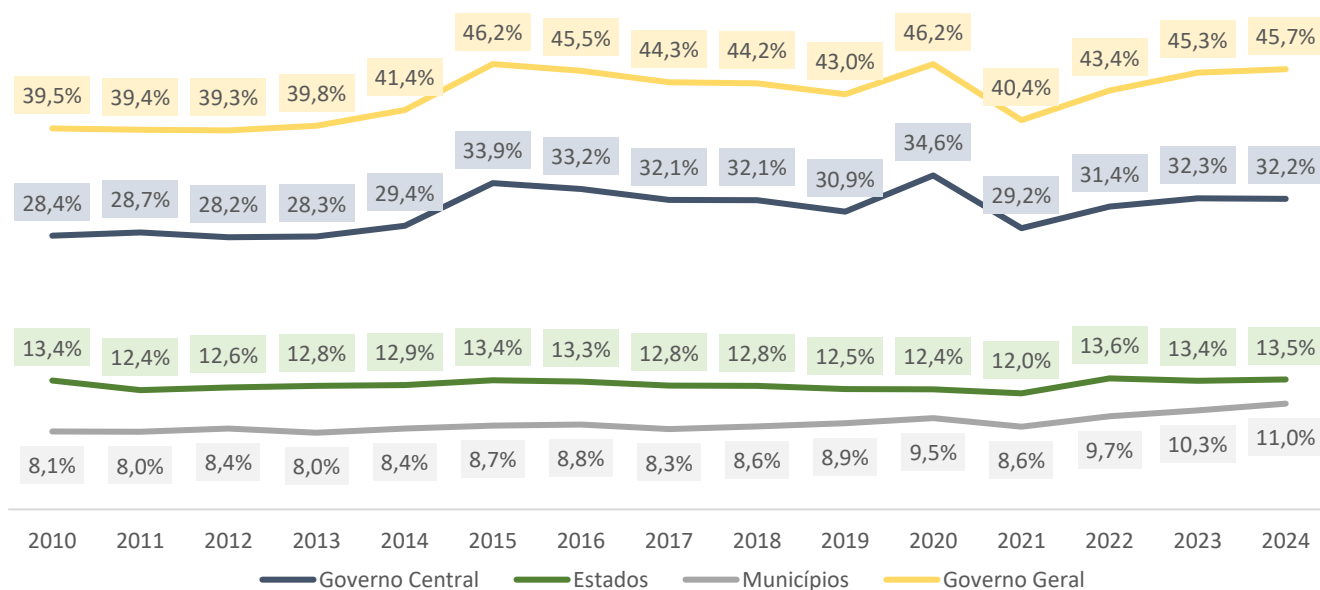


Tabela 7. Demonstrativo da despesa do Governo Geral - Brasil - Anual - 2023 e 2024

Dados em: R\$ Milhões - Valores correntes

Fonte: STN, IBGE e BCB

Despesa do Governo Geral	2023	2024	Diferença	Variação %
2M. Despesa (2+31)	4.958.352	5.361.509	403.157	8,13%
2. Gasto	4.912.999	5.285.336	372.337	7,58%
21. Remuneração de empregados	1.181.208	1.273.375	92.167	7,80%
22. Uso de bens e serviços	609.124	678.675	69.551	11,42%
23. Consumo de capital fixo	166.781	174.882	8.101	4,86%
24. Juros	890.366	971.991	81.625	9,17%
25. Subsídios	29.222	33.156	3.934	13,46%
26. Transferências / Doações	4.868	3.608	-1.260	-25,88%
27. Benefícios previdenciários e assistenciais	1.755.035	1.866.993	111.958	6,38%
28. Outros gastos	276.396	282.656	6.260	2,26%
31. Investimento líquido	45.353	76.173	30.820	67,96%
311. Ativos fixos	47.680	79.962	32.282	67,70%
312. Estoques	3.196	2.777	-418	-13,09%
313. Objetos de valor	20	18	-2	-8,20%
314. Ativos não produzidos	-5.543	-6.585	-1.042	18,80%
Itens de memorando				
Aquisição de ativos não financeiros	220.979	260.790	39.811	18,02%
Venda de ativos não financeiros	8.845	9.734	889	10,05%
Consumo de capital fixo	166.781	174.882	8.101	4,86%

Gráfico 8. Evolução dos componentes da despesa: gasto e investimento do Governo Geral - Brasil - Anual - 2010 a 2024

Dados em: % PIB

Fonte: STN, IBGE e BCB

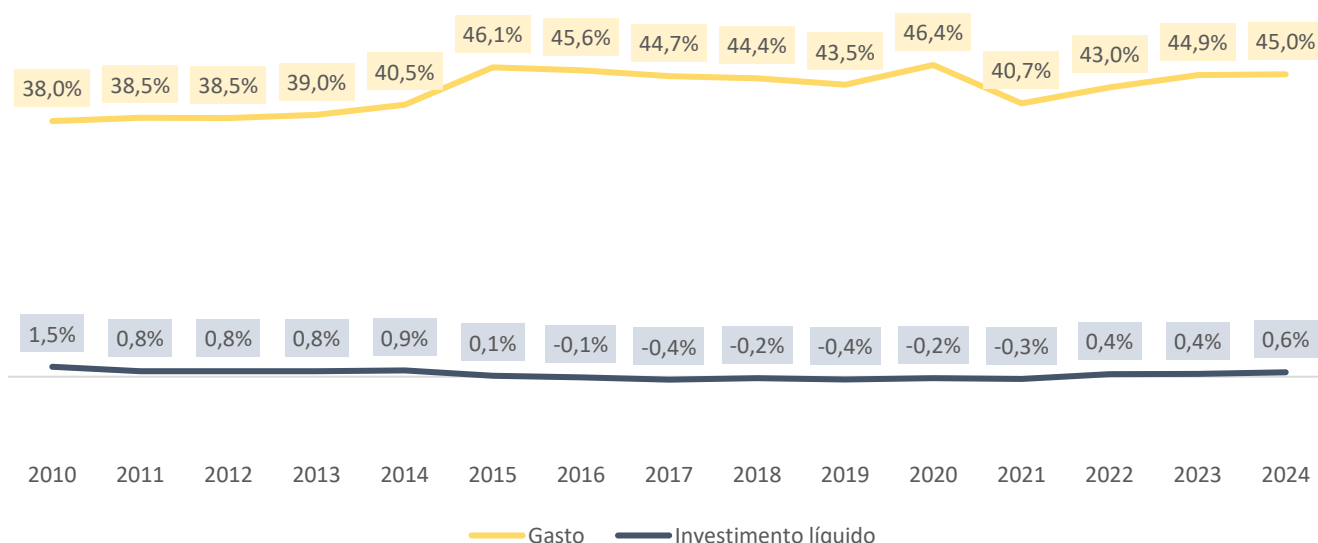
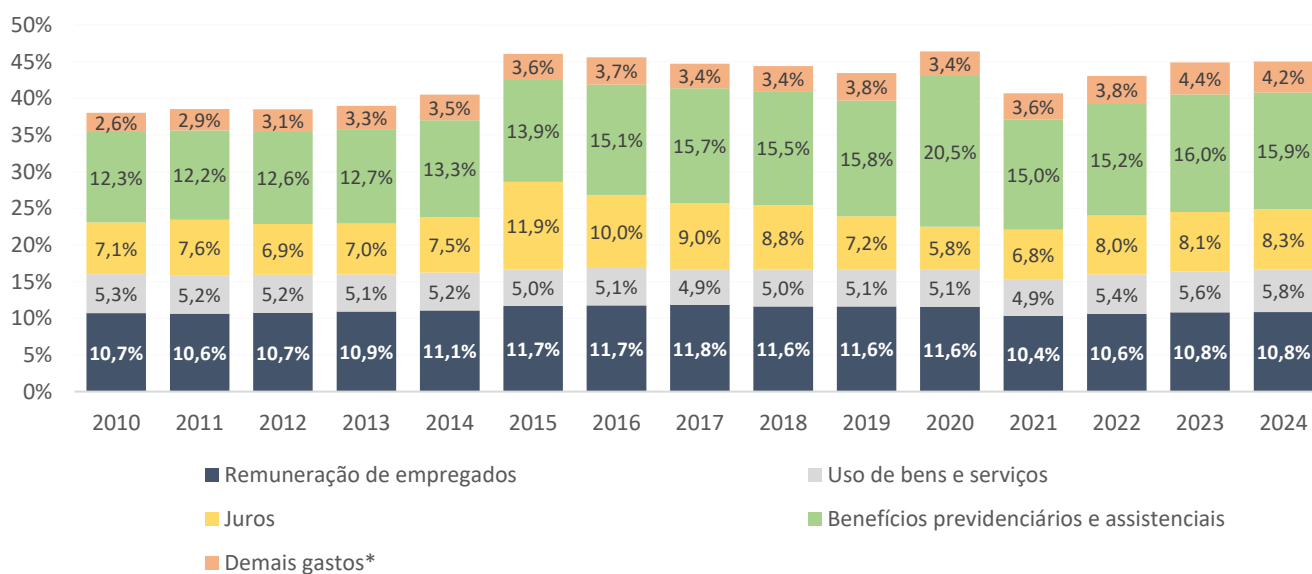


Gráfico 9. Composição do gasto do Governo Geral - Brasil - Anual - 2010 a 2024

Dados em: % PIB

Fonte: STN, IBGE e BCB

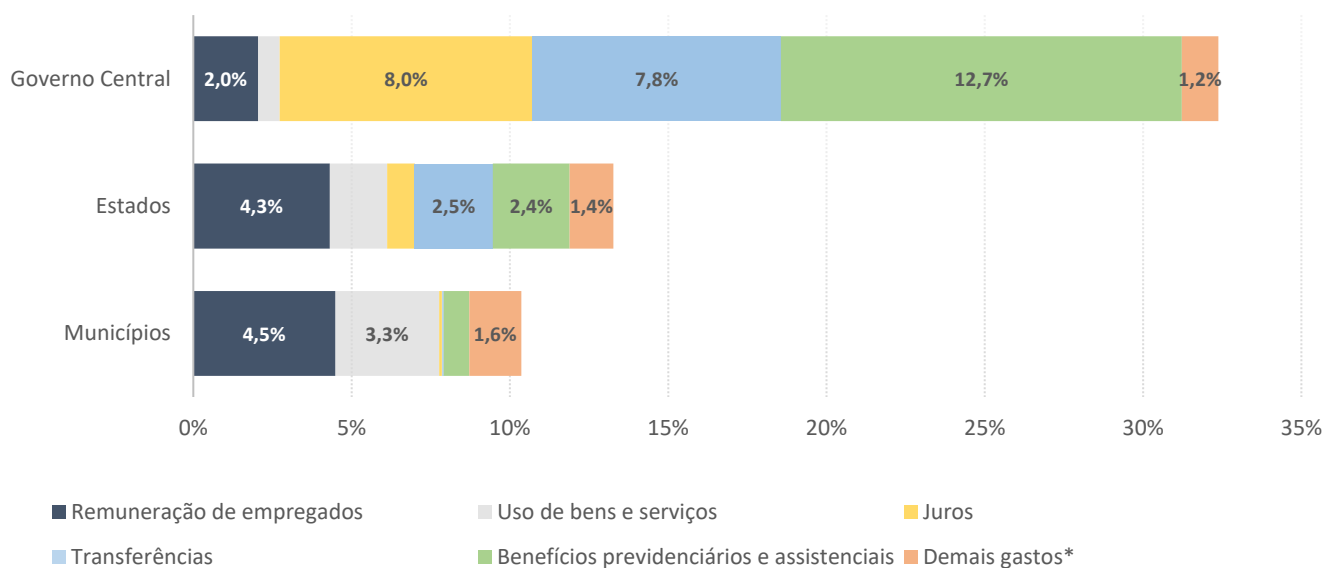


* Inclui os gastos de subsídios, consumo de capital fixo e outros gastos.

Gráfico 10. Composição da despesa por esfera de governo - Brasil - Anual - 2024

Dados em: % PIB

Fonte: STN, IBGE e BCB



* Inclui os gastos de subsídios, consumo de capital fixo e outros gastos.

Gráfico 11. Evolução do investimento líquido, consumo de capital fixo e investimento bruto do Governo Geral - Brasil - Anual - 2010 a 2024

Dados em: % PIB

Fonte: STN, IBGE e BCB

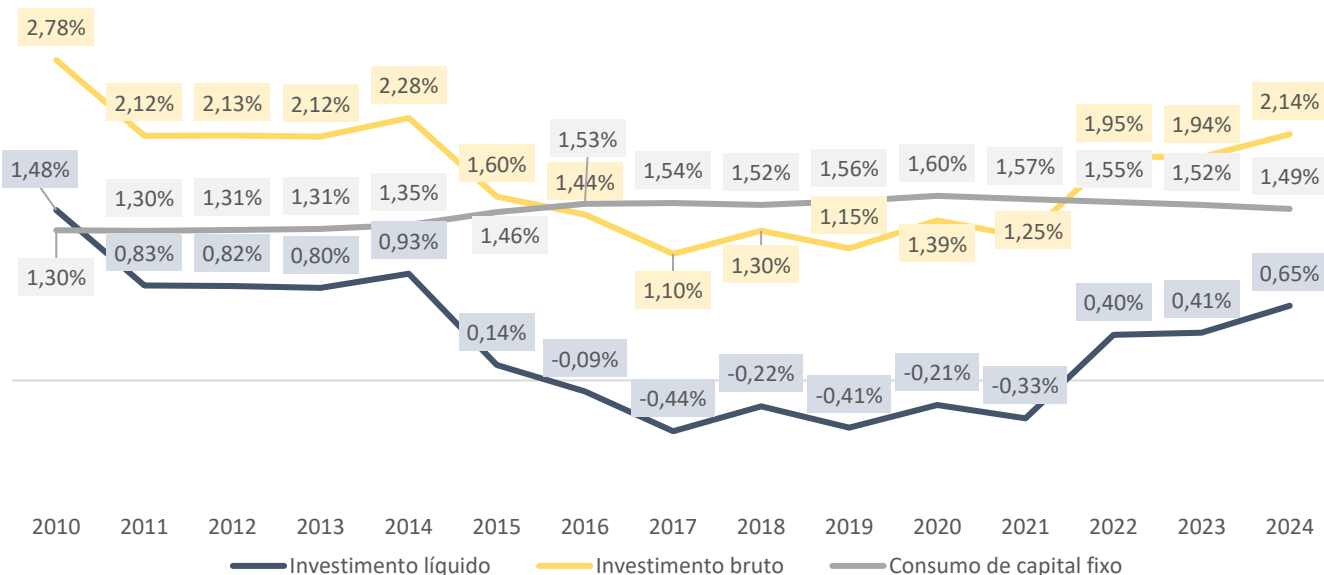


Gráfico 12. Evolução do investimento líquido por esfera de governo - Brasil - Anual - 2010 a 2024

Dados em: % PIB

Fonte: STN, IBGE e BCB

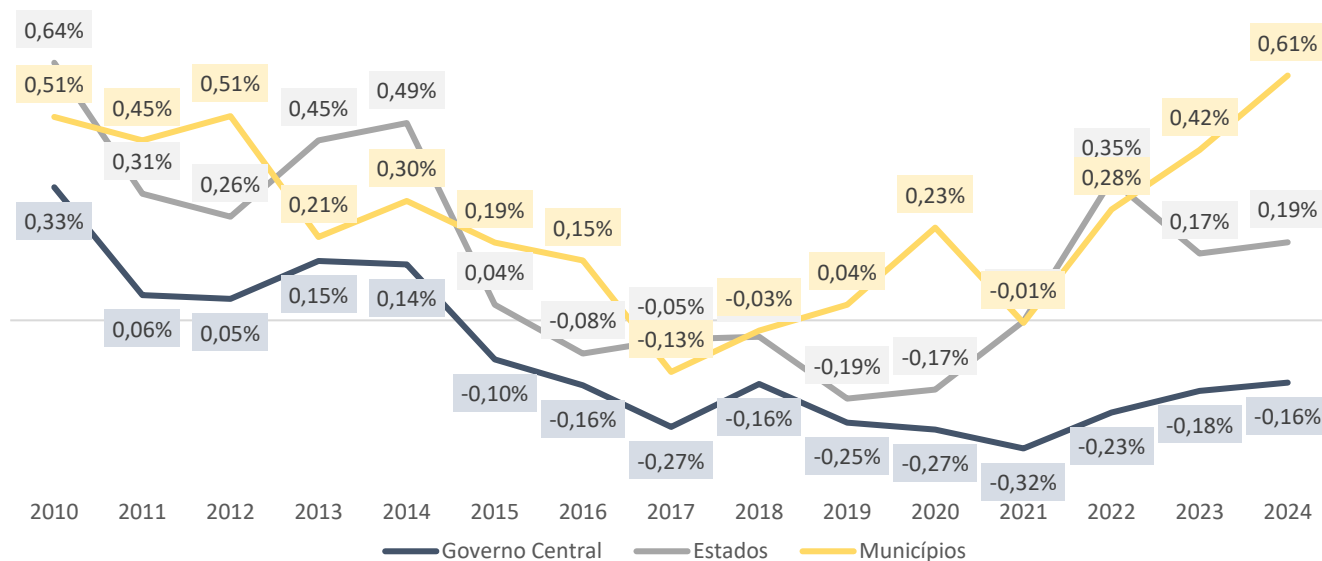
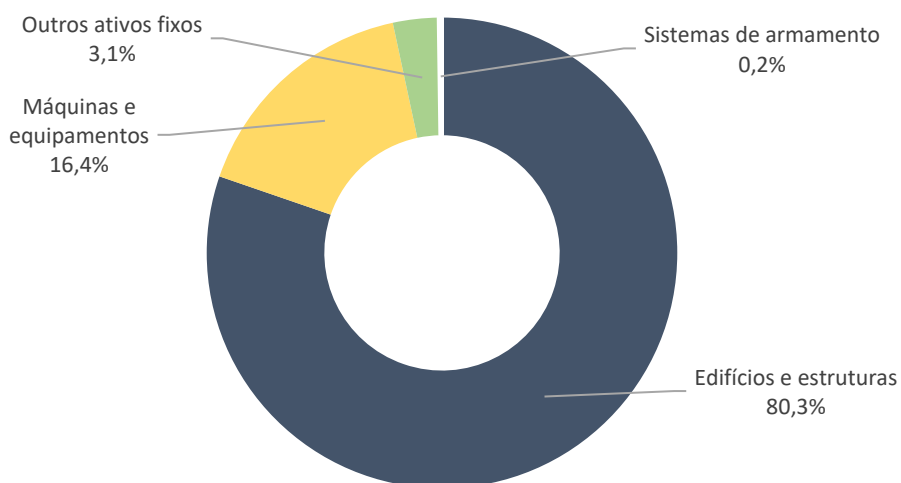


Gráfico 13. Composição do investimento bruto em ativos fixos (FBCF¹) do Governo Geral - Brasil - Anual - 2024

Dados em: % Total

Fonte: STN, IBGE e BCB



(1) FBCF: Formação Bruta de Capital Fixo

2. Resultado do 4º Trimestre de 2024

No 4º trimestre de 2024, a necessidade líquida de financiamento do governo geral alcançou 6,36% do PIB, ante 11,93% do PIB no mesmo período do ano anterior. Esse resultado se deve ao aumento nominal de 17,50% da receita do governo geral em relação ao mesmo período de 2023, parcialmente compensado pelo crescimento nominal de 3,05% da despesa.

Em termos de porcentagem do PIB, a receita aumentou 3,51 p.p. em relação ao mesmo período do ano anterior, passando de 37,74% para 41,25% do PIB no 4º trimestre de 2024. Esse resultado se deve principalmente ao aumento da arrecadação de impostos, que passou de 23,67% do PIB para 25,58% do PIB, e ao aumento da arrecadação de outras receitas, que passou de 5,71% do PIB para 7,33% do PIB.

A despesa total do governo geral totalizou 47,61% do PIB no 4º trimestre de 2024, o que representa uma redução de 2,06 p.p. do PIB em relação ao mesmo período do ano anterior, quando alcançou 49,67% do PIB. Os gastos passaram de 48,68% do PIB para 46,53% do PIB no 4º trimestre de 2024 enquanto o investimento líquido passou de 0,99% do PIB para 1,08% do PIB no mesmo período.

No que se refere aos gastos, destaque para os benefícios previdenciários e assistenciais, que apresentaram redução de 1,37 p.p. do PIB. Além disso, destaca-se a redução de 1,04 p.p. do PIB em outros gastos. Por sua vez, verificou-se incremento dos gastos com juros, que aumentou 0,79 p.p. do PIB no 4º trimestre de 2024 quando comparado ao mesmo período de 2023. Importante destacar que a redução observada nas principais rubricas da despesa foi influenciada pelo pagamento de sentenças judiciais e precatórios ocorrido em 2023, sem correspondência em 2024, conforme mencionado na análise anual.

O resultado do investimento líquido, por sua vez, é explicado especialmente pela elevação do investimento em edifícios e estruturas, que passou de 0,81 p.p. do PIB para 1,01 p.p. do PIB no 4º trimestre de 2024.

A decomposição por esfera de governo da necessidade de financiamento de 6,36% do PIB do governo geral indica que esse valor deriva da necessidade de 3,70%, 1,82% e 0,84% do PIB, para governos central, estaduais e municipais, respectivamente, no último trimestre de 2024.

Tabela 8. Demonstrativo de operações do Governo Geral - 4º Trimestre de 2024
Dados em: R\$ Milhões - Valores correntes
Fonte: STN, IBGE e BCB

Demonstrativo de operações – Governo Geral	Governo Central				Governos Estaduais	Governos Municipais	Coluna de consolidação	Governo Geral ¹
	Orçamen- tário	Extraorça- mentário	Coluna de consolida- ção	Governo Central consoli- dado				
1. Receita	865.811	0	0	865.811	405.102	340.645	-340.853	1.270.704
<i>d/q 1411. Juros</i>	<i>72.079</i>	<i>0</i>	<i>0</i>	<i>72.079</i>	<i>5.179</i>	<i>9.271</i>	<i>-19.500</i>	<i>67.029</i>
2M. Despesa (2+31)	979.889	0	0	979.889	461.166	366.390	-340.853	1.466.591
2. Gasto	985.223	0	0	985.223	447.266	341.586	-340.853	1.433.222
<i>d/q 23. Consumo de capital fixo</i>	<i>11.941</i>	<i>0</i>	<i>0</i>	<i>11.941</i>	<i>15.819</i>	<i>16.116</i>	<i>0</i>	<i>43.876</i>
<i>d/q 24. Juros</i>	<i>254.436</i>	<i>0</i>	<i>0</i>	<i>254.436</i>	<i>25.574</i>	<i>2.843</i>	<i>-19.500</i>	<i>263.353</i>
31. Investimento líquido	-5.334	0	0	-5.334	13.899	24.804	0	33.370
311. Ativos fixos	-219	0	0	-219	13.811	24.390	0	37.982
312. Estoques	467	0	0	467	88	416	0	971
313. Objetos de valor	4	0	0	4	0	0	0	4
314. Ativos não produzidos	-5.585	0	0	-5.585	0	-1	0	-5.587
Capacidade (+) / Necessidade (-) líquida de financiamento (1-2M)	-114.078	0	0	-114.078	-56.064	-25.745	0	-195.887
Capacidade (+) / Necessidade (-) líquida de financiamento primária ((1-1411) - (2M-24))	68.279	0	0	68.279	-35.669	-32.174	0	436
Itens de memorando:								
<i>1. Investimento bruto em ativos fi- xos (FBCF)</i>	<i>11.722</i>	<i>0</i>	<i>0</i>	<i>11.722</i>	<i>29.630</i>	<i>40.506</i>	<i>0</i>	<i>81.858</i>
<i>2. Resultado operacional bruto - ROB (1-2+23)</i>	<i>-107.472</i>	<i>0</i>	<i>0</i>	<i>-107.472</i>	<i>-26.346</i>	<i>15.176</i>	<i>0</i>	<i>-118.642</i>
<i>3. Resultado operacional líquido - ROL (1-2)</i>	<i>-119.412</i>	<i>0</i>	<i>0</i>	<i>-119.412</i>	<i>-42.165</i>	<i>-941</i>	<i>0</i>	<i>-162.518</i>

(1). O resultado consolidado do governo geral exclui as transferências e juros intergovernamentais.

Tabela 9. Demonstrativo de operações do Governo Geral - Brasil - 4º Trimestre de 2023 e 2024
Dados em: R\$ Milhões - Valores correntes
Fonte: STN, IBGE e BCB

Demonstrativo de operações - Governo Geral	2023.IV	2024.IV	Diferença	Var. %
1. Receita	1.081.435	1.270.704	189.269	17,50%
<i>d/q 1411. Juros</i>	<i>65.095</i>	<i>67.029</i>	<i>1.934</i>	<i>2,97%</i>
2M. Despesa (2+31)	1.423.239	1.466.591	43.352	3,05%
2. Gasto	1.394.960	1.433.222	38.261	2,74%
<i>d/q 23. Consumo de capital fixo</i>	<i>42.088</i>	<i>43.876</i>	<i>1.788</i>	<i>4,25%</i>
<i>d/q 24. Juros</i>	<i>222.392</i>	<i>263.353</i>	<i>40.961</i>	<i>18,42%</i>
31. Investimento líquido	28.279	33.370	5.091	18,00%
Capacidade (+) / Necessidade (-) líquida de financiamento (1-2M)	-341.804	-195.887	145.916	-42,69%
Capacidade (+) / Necessidade (-) líquida de financiamento primária ((1-1411) -(2M-24))	-184.507	436	184.943	-

Tabela 10. Demonstrativo de operações do Governo Geral - Brasil - 4º Trimestre de 2024

Dados em: % do PIB

Fonte: STN, IBGE e BCB

Demonstrativo de operações – Governo Geral	Governo Central				Governos Estaduais	Governos Municipais	Coluna de consolidação	Governo Geral¹
	Orçamen- tário	Extraorça- mentário	Coluna de consolidação	Governo Cen- tral consoli- dado				
1. Receita	28,1%	0,0%	0,0%	28,1%	13,2%	11,1%	-11,1%	41,3%
d/q 1411. Juros	2,3%	0,0%	0,0%	2,3%	0,2%	0,3%	-0,6%	2,2%
2M. Despesa (2+31)	31,8%	0,0%	0,0%	31,8%	15,0%	11,9%	-11,1%	47,6%
2. Gasto	32,0%	0,0%	0,0%	32,0%	14,5%	11,1%	-11,1%	46,5%
d/q 23. Consumo de capital fixo	0,4%	0,0%	0,0%	0,4%	0,5%	0,5%	0,0%	1,4%
d/q 24. Juros	8,3%	0,0%	0,0%	8,3%	0,8%	0,1%	-0,6%	8,5%
31. Investimento líquido	-0,2%	0,0%	0,0%	-0,2%	0,5%	0,8%	0,0%	1,1%
311. Ativos fixos	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,4%	0,8%	0,0%	1,2%
312. Estoques	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
313. Objetos de valor	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
314. Ativos não produzidos	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
Capacidade (+) / Necessidade (-) líquida de financiamento (1- 2M)	-3,7%	0,0%	0,0%	-3,7%	-1,8%	-0,8%	0,0%	-6,36%
Capacidade (+) / Necessidade (-) líquida de financiamento primária ((1-1411) - (2M-24))	2,2%	0,0%	0,0%	2,2%	-1,2%	-1,0%	0,0%	0,0%
Itens de memorando:								
1. Investimento bruto em ativos fi- xos (FBCF)	0,4%	0,0%	0,0%	0,4%	1,0%	1,3%	0,0%	2,7%
2. Resultado operacional bruto - ROB (1-2+23)	-3,5%	0,0%	0,0%	-3,5%	-0,9%	0,5%	0,0%	-3,9%
3. Resultado operacional líquido - ROL (1-2)	-3,9%	0,0%	0,0%	-3,9%	-1,4%	0,0%	0,0%	-5,3%

(1) O resultado consolidado do governo geral exclui as transferências e juros intergovernamentais

Gráfico 14 - Capacidade (+) / Necessidade (-) de financiamento líquida por esfera de governo - Brasil - 2023 e 2024

Dados em: % PIB

Fonte: STN, IBGE e BCB

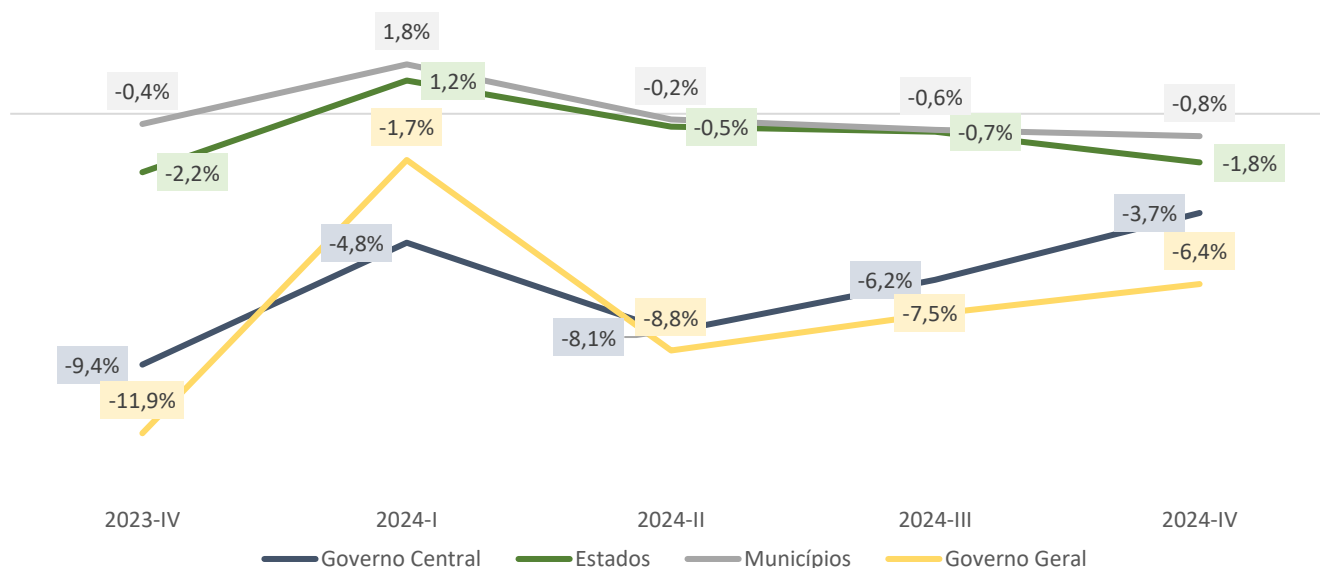
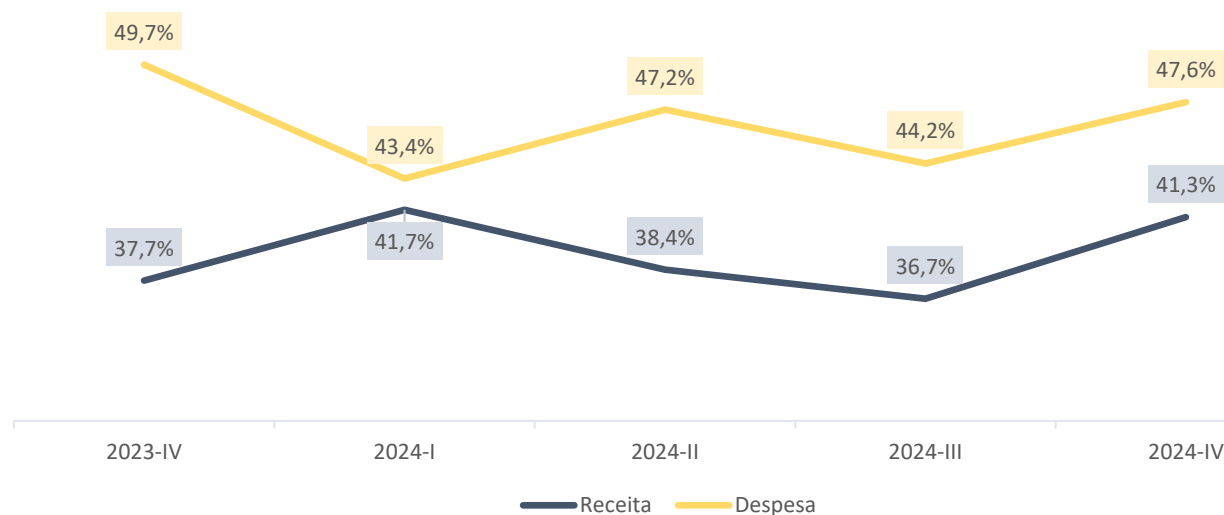


Gráfico 15. Receita e despesa do Governo Geral - Brasil - 2023 e 2024

Dados em: % PIB

Fonte: STN, IBGE e BCB



2.1. Receita do Governo Geral

Tabela 11. Demonstrativo da receita do Governo Geral - Brasil - 4º Trimestre de 2024

Dados em: R\$ Milhões - Valores correntes

Fonte: STN, IBGE e BCB

Receita do Governo Geral	Governo Central				Governos Estaduais	Governos Municipais	Coluna de consolidação	Governo Geral ¹
	Orçamentário	Extraorçamentário	Coluna de consolidação	Governo Central consolidado				
1. Receita	865.811	0	0	865.811	405.102	340.645	-340.853	1.270.704
11. Impostos	486.585	0	0	486.585	241.187	60.232	0	788.004
111. Impostos sobre renda, lucros e ganhos de capital	285.115	0	0	285.115	0	0	0	285.115
112. Impostos sobre a folha de pagamento e a mão de obra	10.682	0	0	10.682	0	0	0	10.682
113. Impostos sobre a propriedade	683	0	0	683	17.447	18.111	0	36.242
114. Impostos sobre bens e serviços	166.705	0	0	166.705	223.740	42.121	0	432.566
115. Impostos sobre o comércio e transações internacionais	23.399	0	0	23.399	0	0	0	23.399
116. Outros impostos	0	0	0	0	0	0	0	0
12. Contribuições sociais	202.928	0	0	202.928	34.557	19.279	0	256.764
13. Transferências / Doações	85	0	0	85	91.513	229.779	-321.354	24
14. Outras receitas	176.213	0	0	176.213	37.845	31.354	-19.500	225.912
1411. Juros	72.079	0	0	72.079	5.179	9.271	-19.500	67.029
14x. Demais	104.134	0	0	104.134	32.666	22.083	0	158.883

(1) O resultado consolidado do governo geral exclui as transferências e juros intergovernamentais

Tabela 12. Demonstrativo da receita do Governo Geral - Brasil - 4º trimestre de 2023 e 2024

Dados em: R\$ Milhões - Valores correntes

Fonte: STN, IBGE e BCB

Receita do Governo Geral	2023.IV	2024.IV	Diferença	Var. %
1. Receita	1.081.435	1.270.704	189.269	17,50%
11. Impostos	678.212	788.004	109.793	16,19%
12. Contribuições sociais	239.726	256.764	17.038	7,11%
13. Transferências / Doações	14	24	10	73,71%
14. Outras receitas	163.484	225.912	62.428	38,19%

Gráfico 16. Evolução da receita por esfera de governo - Brasil - 2023 e 2024

Dados em: % PIB

Fonte: STN, IBGE e BCB

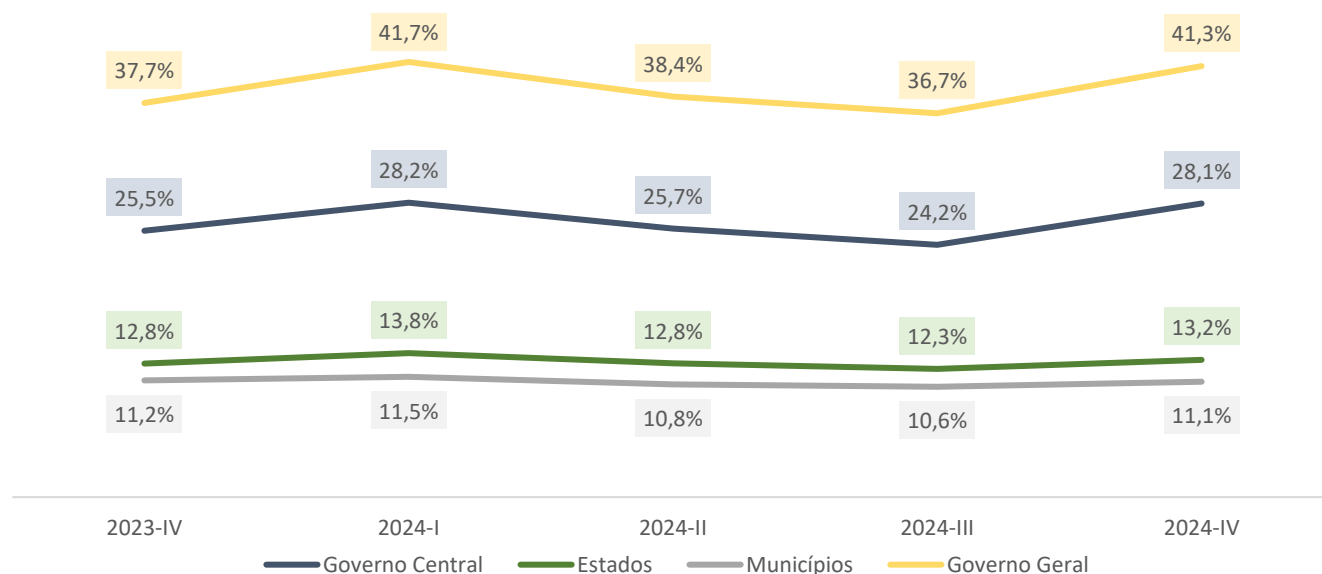
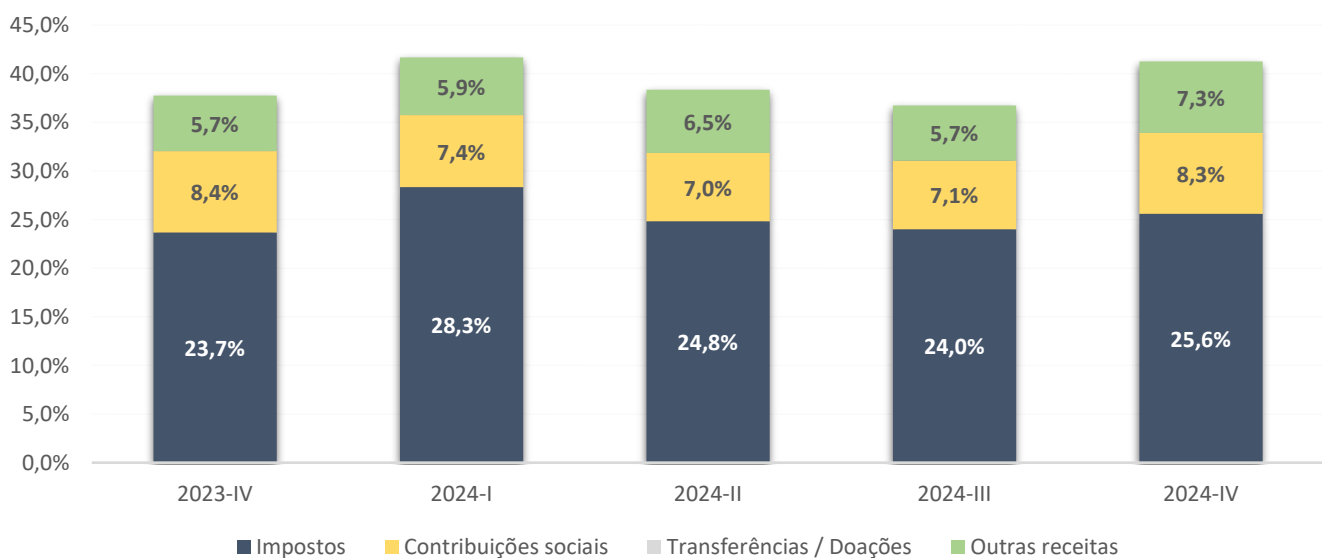


Gráfico 17. Composição da receita do Governo Geral - Brasil - 2023 e 2024

Dados em: % PIB

Fonte: STN, IBGE e BCB



2.2. Despesa do Governo Geral

Tabela 13. Demonstrativo da despesa do Governo Geral - Brasil - 4º Trimestre de 2024

Dados em: R\$ Milhões - Valores correntes

Fonte: STN, IBGE e BCB

Despesa do Governo Geral	Governo Central				Governos Estaduais	Governos Municipais	Coluna de consolidação	Governo Geral ¹
	Orçamentário	Extraorçamentário	Coluna de consolidação	Governo Central consolidado				
2M. Despesa (2+31)	979.890	0	0	979.890	461.166	366.390	-340.853	1.466.592
2. Gasto	985.224	0	0	985.224	447.266	341.586	-340.853	1.433.222
21. Remuneração de empregados	70.125	0	0	70.125	152.134	153.594	0	375.853
22. Uso de bens e serviços	24.888	0	0	24.888	67.660	106.922	0	199.470
23. Consumo de capital fixo	11.941	0	0	11.941	15.819	16.116	0	43.876
24. Juros	254.436	0	0	254.436	25.574	2.843	-19.500	263.353
25. Subsídios	5.165	0	0	5.165	1.427	2.958	0	9.550
26. Transferências / Doações	247.752	0	0	247.752	72.693	1.868	-321.354	960
27. Benefícios previdenciários e assistenciais	350.052	0	0	350.052	82.549	28.473	0	461.074
28. Outros gastos	20.865	0	0	20.865	29.411	28.811	0	79.087
31. Investimento líquido²	-5.334	0	0	-5.334	13.899	24.804	0	33.370
311 Ativos fixos	-219	0	0	-219	13.811	24.390	0	37.982
312 Estoques	467	0	0	467	88	416	0	971
313 Objetos de valor	4	0	0	4	0	0	0	4
314 Ativos não produzidos	-5.585	0	0	-5.585	0	-1	0	-5.587
Itens de memorando								
31.1. Aquisição de ativos não financeiros	9.286	0	0	9.286	23.545	38.674	0	71.505
31.2. Venda de ativos não financeiros	321	0	0	321	190	434	0	945
31.3. Consumo de capital fixo	11.772	0	0	11.772	15.596	15.889	0	43.257

(1) O resultado consolidado do Governo Geral exclui as transferências e juros intergovernamentais. (2) Investimento líquido em ativos não financeiros corresponde a aquisição menos a venda de ativos não financeiros menos o consumo de capital fixo.

Tabela 14. Demonstrativo da despesa do Governo Geral - Brasil - 4º Trimestre de 2023 e 2024

Dados em: R\$ Milhões - Valores correntes

Fonte: STN, IBGE e BCB

Despesa do Governo Geral	2023.IV	2024.IV	Diferença	Var. %
2M. Despesa (2+31)	1.423.239	1.466.592	43.353	3,05%
2. Gasto	1.394.960	1.433.222	38.262	2,74%
21. Remuneração de empregados	357.297	375.853	18.556	5,19%
22. Uso de bens e serviços	192.126	199.470	7.344	3,82%
23. Consumo de capital fixo	42.088	43.876	1.788	4,25%
24. Juros	222.392	263.353	40.961	18,42%
25. Subsídios	6.887	9.550	2.663	38,67%
26. Transferências / Doações	2.604	960	-1.645	-63,15%
27. Benefícios previdenciários e assistenciais	468.119	461.074	-7.044	-1,50%
28. Outros gastos	103.448	79.087	-24.361	-23,55%
31. Investimento líquido	28.279	33.370	5.091	18,00%
311 Ativos fixos	28.786	37.982	9.196	31,95%
312 Estoques	1.551	971	-581	-37,42%
313 Objetos de valor	6	4	-2	-41,15%
314 Ativos não produzidos	-2.065	-5.587	-3.522	170,58%

Gráfico 18. Evolução das despesas por esfera de governo - Brasil - 2023 e 2024

Dados em: % PIB

Fonte: STN, IBGE e BCB

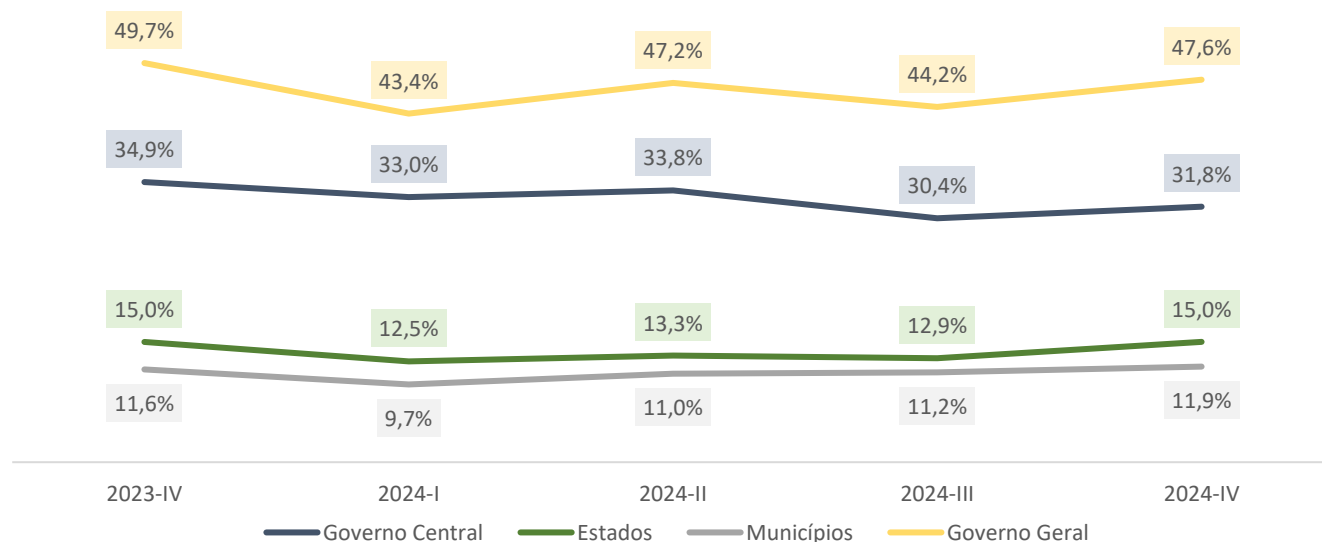


Gráfico 19. Evolução dos componentes da despesa: gasto e investimento do Governo Geral - Brasil - 2023 e 2024
 Dados em: % PIB
 Fonte: STN, IBGE e BCB

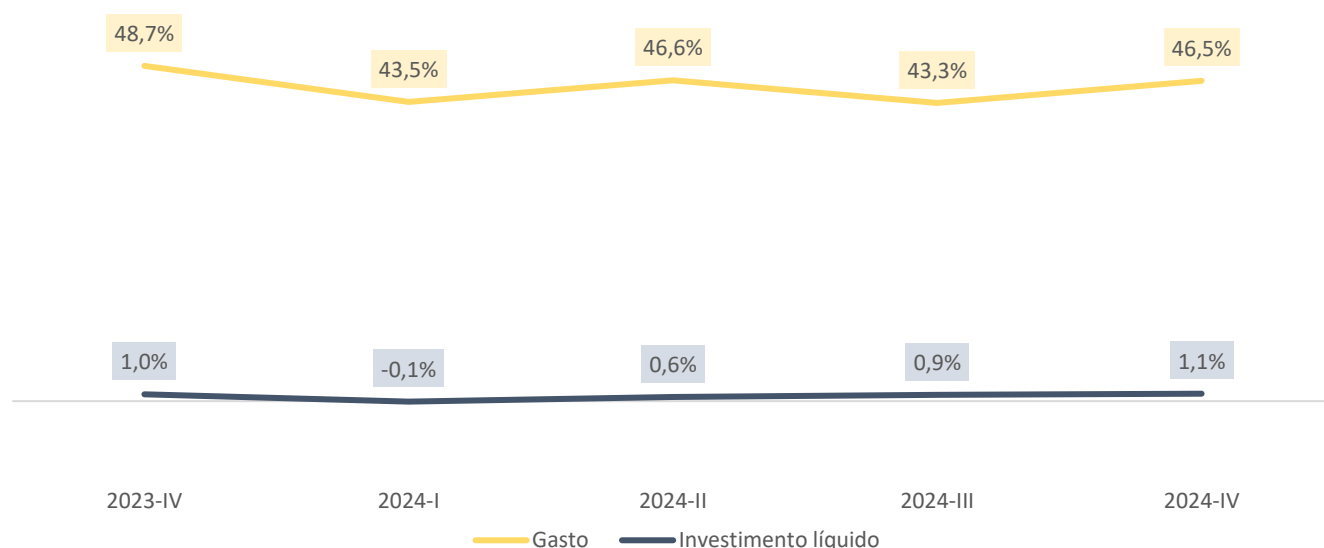


Gráfico 20. Composição do gasto do Governo Geral - Brasil - 2023 e 2024
 Dados em: % PIB
 Fonte: STN, IBGE e BC

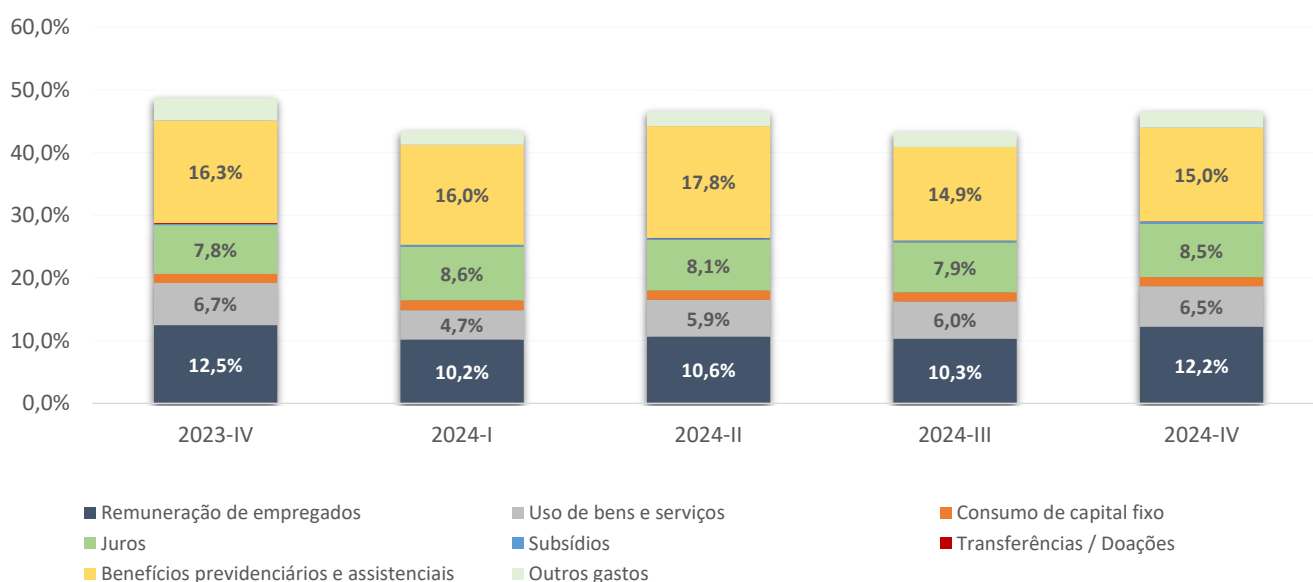


Gráfico 21. Evolução do investimento líquido por esfera de governo - Brasil - 2023 e 2024

Dados em: % PIB

Fonte: STN, IBGE e BCB

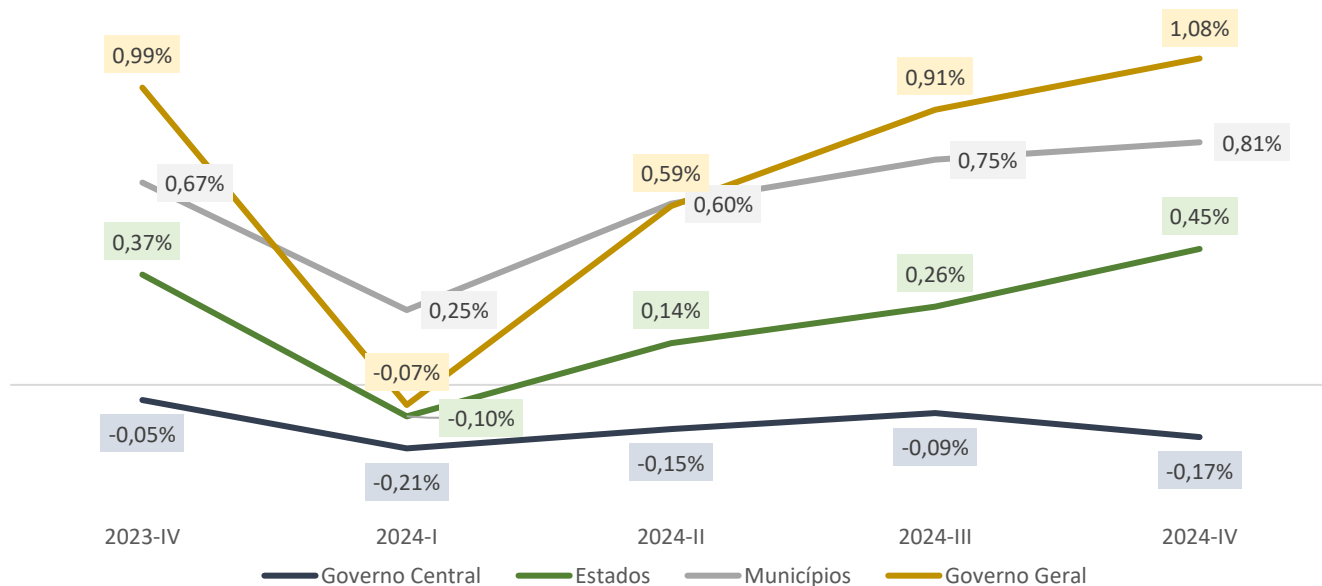
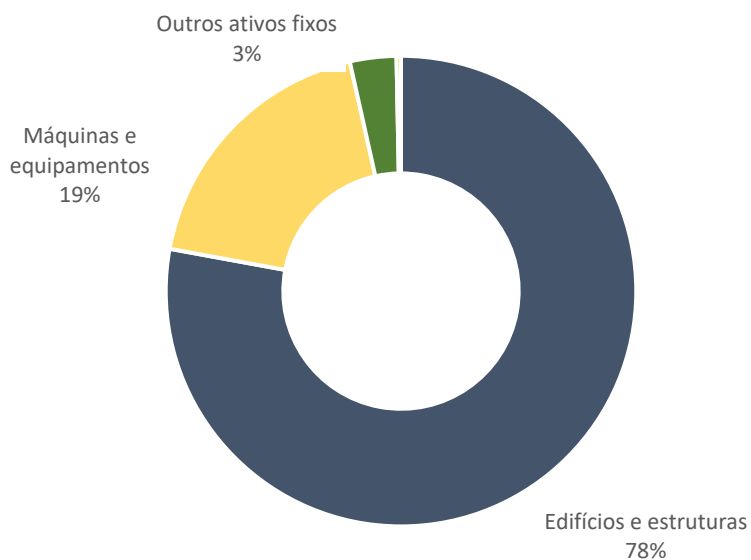


Gráfico 22. Composição do investimento bruto em ativos fixos (FBCF¹) do Governo Geral - Brasil - 4º trimestre de 2024

Dados em: % Total

Fonte: STN, IBGE e BCB



(1) FBCF: Formação Bruta de Capital Fixo.

3. Notas Metodológicas

Apresentação

Este boletim apresenta as estatísticas de finanças públicas do governo geral (governo central, governos estaduais e municipais) com periodicidade trimestral. As informações aqui apresentadas são compiladas e apresentadas de acordo com a metodologia do Manual de Estatísticas de Finanças Públicas de 2014 do Fundo Monetário Internacional-FMI – MEFP 2014 (em inglês, *Government Finance Statistics Manual – GFSM 2014*). Todas as estatísticas são apresentadas na estrutura do Demonstrativo de Operações, que é um resumo das transações do governo apresentando detalhes das receitas, gastos e investimento líquido em ativos não financeiros.

As Estatísticas de Finanças Públicas - EFPs são um conjunto de conceitos e princípios desenvolvidos pelo FMI com o objetivo de proporcionar um arcabouço conceitual que facilite a análise da política fiscal e possibilite quantificar as ações do governo. As EFP são uma representação econômica da atividade financeira do governo.

As informações são compiladas no âmbito dos Acordos de Cooperação Técnica firmados entre STN e IBGE e STN e IPEA, com o objetivo central de aperfeiçoar as estatísticas fiscais no Brasil no sentido da convergência com os conceitos e metodologias estabelecidas pelo GFSM 2014 do FMI. Neste caso, o objetivo principal é construir agregados econômicos harmonizados internacionalmente – permitindo a comparação entre países – e com o Sistema de Contas Nacionais – possibilitando uma análise mais precisa das relações entre as variáveis fiscais e as econômicas.

Em virtude de questões metodológicas abordadas ao final deste documento, as informações aqui apresentadas correspondem a uma estimativa das finanças do governo geral para o período em análise. Estes números serão revistos e substituídos ao longo dos próximos meses. Os dados definitivos serão apresentados na publicação “Estatísticas de Finanças Públicas e Conta Intermediária de Governo”, com periodicidade anual. Esta é uma publicação conjunta do Tesouro Nacional e do IBGE que garante a consistência entre os sistemas de contas nacionais e de Estatísticas de Finanças Públicas.

Abrangência

Nesta publicação é considerado o setor institucional governo geral que compreende todas as unidades de governo (central, estaduais e municipais) e os fundos de previdência social controlados por essas unidades.

Governo Central

O governo central é composto por todas as unidades que integram o Orçamento Fiscal e da Seguridade Social, exceto o Banco Central do Brasil que, dadas suas características, compõe o subsetor de corporações públicas financeiras.

Governos subnacionais (estados e municípios)

A abrangência dos governos estaduais compreende os órgãos da administração direta e entidades da administração indireta (autarquias, fundações, fundos especiais, empresas estatais dependentes), de todos os poderes públicos, das unidades administrativas de 26 estados e do Distrito Federal.

No caso dos governos municipais, compreende as unidades administrativas dos 5.570 municípios. O processo de coleta de dados corresponde a aproximadamente 90% da cobertura total. Desta forma, práticas estatísticas são aplicadas para extrapolar a cobertura ao conjunto de municípios.

Fontes e metodologia

Bases de dados

A fonte primária para a obtenção dos dados do governo central é o Sistema de Administração Financeira do Governo Federal - SIAFI.

Para a obtenção de dados dos estados e do Distrito Federal a fonte primária é o Demonstrativo de Contas Anuais disponível no Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro - Siconfi. Este banco de dados compila informações contábeis e orçamentárias de todas as unidades da federação, sendo que no presente trabalho foram extraídas, em especial, informações sobre receitas e despesas orçamentárias, bem como dados sobre a execução de restos a pagar, além das respectivas contas patrimoniais.

A partir de 2019 a fonte primária dos dados utilizados para os governos estaduais é a Matriz de Saldos Contábeis (MSC), que consiste em uma grande massa de dados extraída pelos entes da federação diretamente dos seus sistemas contábil-financeiros e encaminhados ao Siconfi. Em casos específicos, foram realizadas consultas aos portais de transparência fiscal ou sítios das secretarias estaduais de fazenda para garantia da consistência das informações com as fontes de dados utilizadas.

No caso dos municípios a fonte primária para obtenção de dados também é o Demonstrativo de Contas Anuais disponível no Siconfi. Apesar da exigência legal, uma proporção inferior a 10% dos municípios não cumpre com o processo de envio de dados. Desta forma são aplicadas técnicas estatísticas para extrapolar a cobertura ao conjunto de municípios. Tal metodologia utiliza dados de outras fontes, tais como portais

de transparência e outras plataformas de governo. A partir de 2022, assim como ocorreu para os governos estaduais, a fonte primária dos dados utilizados para os governos municipais é a MSC.

Um ajuste adicional realizado foi o acréscimo nas receitas de contribuições sociais dos valores líquidos de contribuições patronais para financiamento do Regime Próprio de Previdência Social - RPPS. Esse procedimento se fez necessário devido à necessidade de se equilibrarem os valores entre as despesas com contribuições sociais dos empregadores do Plano de Seguridade Social do Servidor - PSS e as receitas de contribuições ao empregador.

Outra fonte complementar de informação são as informações de receitas e despesas de juros das três esferas de governo em análise. Como o Banco Central do Brasil é o órgão responsável pela produção e disseminação de estatísticas sob a ótica de financiamento, os dados destas contas são fornecidos diretamente pelo Banco. Destaca-se, como exceção, a obtenção (via FINBRA) das receitas de juros dos municípios brasileiros para o período estudado nesta publicação. No que se refere às informações de juros do governo central, destaca-se que até 2019 inclui os juros nominais das operações com reservas cambiais e das operações com derivativos cambiais realizadas pelo Banco Central, conforme equalização das perdas/ganhos prevista na Lei nº 11.803/2008. A partir de 2020, conforme Lei 13.820/2019, o resultado dessas operações não afeta os juros nominais do governo central.

Por fim, os valores de consumo de capital fixo do governo geral são calculados e fornecidos pelo IBGE e adotados pela STN.

Base de registro

O fluxo de receitas de todas as esferas foi classificado pelo conceito de caixa, ainda que o GFSM 2014 determine a adoção de critério de competência. A razão para esta escolha é que o registro das receitas pelo critério de competência possui considerável grau de incerteza em relação a sua efetiva arrecadação, além de requerer estimativas da base de cálculo dos tributos a partir de variáveis macroeconômicas. Do lado das despesas, foi considerado para todas as esferas o conceito de despesa liquidada, que representa o total empenhado e liquidado pelas unidades executoras dos respectivos entes, somado aos restos a pagar não processados liquidados. Cabe destacar ainda que, no início da série histórica, na indisponibilidade desta última informação, às despesas liquidadas dos governos estaduais e municipais foram adicionados os pagamentos de restos a pagar não processados inscritos em exercícios anteriores de modo a se criar uma proxy do regime de competência, uma vez que esse tipo de restos a pagar ao serem pagos foram, em algum momento, obrigatoriamente liquidados.

O GFSM 2014 também inclui o Demonstrativo de Operações de Caixa no qual as estatísticas de fluxos devem ser apuradas no regime de caixa. Este é um demonstrativo adicional cujo objetivo principal, ao

contrário dos demais demonstrativos, não é avaliar a sustentabilidade fiscal do governo, mas sua liquidez, além de medir o impacto das operações de governo sobre a demanda agregada.

Consolidação

Consolidação é um método de apresentação das estatísticas fiscais que implica tratar um conjunto de unidades como se uma única unidade fosse. Todas as transações cruzadas devem ser eliminadas para efeito de consolidação em um nível maior de agregação, com destaque especial para as contas contábeis relativas a transferências e juros. Assim, para que possa ser feita uma análise no nível de cobertura de governo geral, deve ser realizada primeiramente a consolidação dos dados de governo central, estados e municípios de modo a gerar dados de governo geral em bases consistentes e sem duplicidade de valores. Para não incorrer em perda de informações analíticas, o GFSM 2014 recomenda a publicação dos dados das esferas em separado e na forma consolidada.

Apesar de esse ser o tratamento preconizado pelo GFSM 2014, dificilmente os distintos setores registram corretamente todas as transações envolvendo as diferentes partes, o que obriga o compilador de estatísticas fiscais a adotar procedimentos específicos para tratamento dos dados. Um passo anterior à consolidação final diz respeito ao tratamento da discrepância entre o total de receitas e despesas intergovernamentais. Essa discrepância é ajustada proporcionalmente nos valores de receita de transferências dos governos regionais, de modo a igualar os fluxos de receitas e despesas de transferências. Posteriormente, com o intuito de manter os valores da receita total dos entes, o valor incluído nas transferências é deduzido de outras receitas. Assim, a premissa adotada foi a de que não deve haver impacto fiscal quando da realização dos ajustes de consolidação. Ou seja, partiu-se do pressuposto de que as esferas subnacionais realizam todos os seus registros contábeis, mesmo que de maneira não aderente às melhores práticas de contabilidade.

Indicadores GFS

Demonstrativo de Operações

Dois importantes resultados analíticos derivam do Demonstrativo de Operações do Governo. São eles:

a) Resultado Operacional Líquido: corresponde a receita menos gasto. É um indicador sintético da sustentabilidade corrente das operações do governo e capta todos os custos correntes de operações governamentais. Deve-se notar que o resultado operacional líquido, tal como definido aqui, exclui ganhos e perdas resultantes de variações dos níveis de preço e outras variações do volume de ativos.

b) Resultado Operacional Bruto: difere do resultado operacional líquido por não incluir o consumo de capital fixo como gasto.

c) Capacidade / Necessidade líquida de financiamento: corresponde ao resultado operacional líquido deduzido da aquisição líquida de ativos não financeiros. É um indicador sintético que revela a medida em que o governo coloca recursos financeiros à disposição de outros setores da economia ou utiliza os recursos financeiros gerados por outros setores. Pode, portanto, ser visto como indicador do efeito financeiro da atividade governamental sobre o resto da economia. Excluindo-se as receitas e despesas de juros obtém-se o indicador de capacidade / necessidade líquida de financiamento primária.

Demonstrativo de Operações de Caixa

O Demonstrativo de Operações de Caixa evidencia a quantia total de caixa gerada ou absorvida por operações correntes; transações com ativos não financeiros; e transações envolvendo ativos e passivos financeiros distintos do próprio caixa. A variação líquida da posição de caixa do governo é a soma do caixa líquido recebido dessas três fontes. As informações a respeito das fontes e usos de caixa são importantes para se avaliar a liquidez do setor governo geral. O indicador fornecido por este demonstrativo é:

a) Superávit / Déficit de caixa: é um indicador que evidencia a necessidade de fluxo de caixa de um setor. Quando é superavitário reflete a disponibilidade de caixa do governo para aumentar seus ativos financeiros ou diminuir o seu passivo. Quando é deficitário, reflete a necessidade de caixa do governo. Excluindo-se as receitas e despesas de juros obtém-se o indicador de superávit / déficit de caixa primário.

Embora o Demonstrativo de Operações de Caixa não esteja disponibilizado neste boletim, seus dados estão disponíveis nas tabelas presentes no portal do Tesouro Nacional, no seguinte endereço:

<https://www.gov.br/tesouronacional/pt-br/estatisticas-fiscais-e-planejamento/estatisticas-fiscais-do-governo-geral>

Revisões

As revisões serão realizadas a cada trimestre, conforme necessário, como resultado de atualização de base de dados, correções e tratamentos metodológicos.

Principais revisões/alterações metodológicas:

Em 2017 foi realizado ajuste metodológico em relação ao tratamento conferido ao Fundo Constitucional Distrito Federal - FCDF que, anteriormente, era incorporado nas despesas do governo central. Os valores das despesas do FCDF passaram a ser registrados no âmbito dos governos estaduais, com o correspondente registro de transferência do governo central.

Em 2018 foi incluído o tratamento para despesas do Fundo de Financiamento Estudantil (FIES), que passam a ser incorporadas como transferência de capital às famílias (despesa do governo central orçamentário), correspondente ao índice de inadimplência da carteira (superior a 360 dias) aplicado sobre o

volume corrente de desembolsos dos financiamentos em contratos sem garantia do Fundo de Garantia de Operações de Crédito Educativo (FGEDUC) ou do Fundo Garantidor do Fies (FG-Fies), ambos fundos de natureza privada com patrimônio constituído.

Em 2019, visando o alinhamento às práticas internacionais de finanças públicas, se promoveu a alteração do registro do Imposto sobre a Renda e Proventos arrecadado pelos estados e municípios para o governo central. Esta alteração busca atender orientação expressa no GFSM 2014, parágrafo 5.34, que indica que o imposto deve ser atribuído à unidade de governo que exerce a autoridade para impor o imposto e definir suas alíquotas. Por se tratar de imposto de competência federal, conforme estabelece o inciso III do Art. 153 da Constituição Federal, o atendimento da recomendação indica o registro na esfera federal. Anteriormente essa arrecadação era mantida nas esferas subnacionais, conforme os valores registrados no Si-confi. A alteração de 2019 mudou o tratamento para toda a série histórica.

Para adequar os lançamentos desta arrecadação foram realizados os seguintes ajustes: 1) na esfera federal os valores das arrecadações de estados e municípios foram lançados como receita de impostos sobre a renda e o mesmo valor como despesa de transferência intergovernamental; 2) nos estados e municípios os valores arrecadados foram reclassificados de impostos sobre a renda para receita transferências intergovernamentais. Esta alteração metodológica não gera impacto nos saldos das tabelas de finanças públicas.

Em 2020, foram realizadas alterações no Demonstrativo de Operações, o qual apresenta detalhes das transações de receita e gasto, bem como o investimento líquido em ativos não financeiros. Na estrutura anterior o conceito de despesa era atribuído ao que, agora, denomina-se gasto. A mudança de nomenclatura foi introduzida a fim de transmitir de maneira mais clara os conceitos do marco metodológico do GFSM 2014. Assim, essa alteração visa evidenciar a diferença entre as transações que resultam em uma diminuição do patrimônio líquido e aquelas que não o modificam, enquanto as transações que não alteram o patrimônio líquido compõem o investimento. As despesas passam, portanto, a serem entendidas como a soma dos gastos e do investimento líquido.

A estrutura do Demonstrativo de Operações também foi reorganizada para evidenciar o principal indicador derivado do marco analítico do MEFP 2014 que é a capacidade / necessidade líquida de financiamento.

Adicionalmente, foi realizado um ajuste na metodologia de consolidação. A discrepância entre o total de receitas e despesas intergovernamentais passou a ser considerada no total das 3 esferas. A metodologia é explicada no item “3.3.3 Consolidação”. Maiores informações estão disponíveis na *Nota Metodológica - Revisão Metodológica das Estatísticas Fiscais do Governo Geral* disponível no site do Tesouro Nacional

em: <https://www.tesourotransparente.gov.br/publicacoes/notas-metodologicas-de-estatisticas-fiscais-do-governo-geral>.

Em 2024, foram realizados os seguintes aperfeiçoamentos metodológicos⁴: i) alteração do tratamento estatístico do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) e do Fundo Remanescente do PIS-PASEP, com a mudança de setorização para o setor corporações públicas financeiras e consequentemente a exclusão de seus fluxos das estatísticas fiscais do governo geral; ii) revisão do tratamento da contribuição social imputada, rubrica da despesa que reflete o aumento das obrigações previdenciárias do governo frente a seus trabalhadores. Ela corresponde à parcela do aumento do passivo atuarial no período que não é coberta pelas contribuições sociais efetivas ou explicada por outros fluxos econômicos. Em virtude da atual dificuldade de registro do passivo previdenciário nas estatísticas fiscais, a partir desta publicação, optou-se por não registrar as contribuições sociais imputadas dos empregadores, tendo em vista que a forma atual de registro não reflete o cálculo atuarial dos direitos pensionários; e iii) introdução de novas tabelas de apresentação das estatísticas de finanças públicas em arquivo separados por esferas: Demonstrativos GG (governo geral), Demonstrativos GCO (governo central orçamentário), Demonstrativos GE (governos estaduais) e Demonstrativos GM (governos municipais). Essa alteração foi acompanhada da ampliação das aberturas dos dados trimestrais para os governos estaduais e municipais. Todas essas mudanças foram implementadas para toda a série histórica, garantindo a consistência intertemporal das informações.

Estes aperfeiçoamentos metodológicos estão detalhados na *Nota Metodológica - Revisão Metodológica das Estatísticas Fiscais do Governo Geral*, disponível no site do Tesouro Nacional em: <https://www.tesourotransparente.gov.br/publicacoes/notas-metodologicas-de-estatisticas-fiscais-do-governo-geral>.

Comparações com outras estatísticas fiscais

Os resultados aqui apresentados não substituem e nem se confundem com, as estatísticas fiscais divulgadas mensalmente no Resultado do Tesouro Nacional (RTN), que observam aspectos metodológicos específicos.

O RTN, publicado mensalmente desde 1995, foi estruturado com base no GFSM 1986. Por sua vez, as estatísticas de finanças públicas aqui apresentadas são elaboradas de acordo com a metodologia definida no GFSM 2014. Entre as principais diferenças conceituais ressaltam-se a preocupação do GFSM 2014 em criar métricas mais adequadas para a avaliação da sustentabilidade fiscal de longo prazo em contraposição

⁴ Para maiores informações acesse a Nota Metodológica - Revisão Metodológica das Estatísticas Fiscais do Governo Geral, disponível no site do Tesouro Nacional em: <https://www.tesourotransparente.gov.br/publicacoes/notas-metodologicas-de-estatisticas-fiscais-do-governo-geral>.

ao foco na gestão de liquidez de curto prazo que prevalece no GFSM 1986, com destaque para a incorporação de fluxos econômicos que não estão presentes no manual anterior, como o consumo de capital fixo; além de sua harmonização com as estatísticas de governo do Sistema de Contas Nacionais (SCN 2008), utilizadas para o cálculo do PIB (Produto Interno Bruto).

Para maiores informações sobre essas diferenças, acesse a *Nota Metodológica - Comparativo entre as Estatísticas do Resultado do Tesouro Nacional – RTN e as Estatísticas Fiscais elaboradas de acordo com a metodologia do GFSM 2014*, disponível em <https://www.tesourotransparente.gov.br/publicacoes/notas-metodologicas-de-estatisticas-fiscais-do-governo-geral>.

Da mesma forma, as estatísticas dos governos subnacionais apresentadas neste boletim não se confundem com as informações contidas no “Boletim de Finanças Públicas dos Entes Subnacionais” que são produzidas no âmbito do Programa de Ajuste Fiscal (PAF), cujo principal objetivo é verificar o cumprimento das metas estabelecidas nos Programas de Ajuste estabelecidos como decorrência do processo de Renegociação das Dívidas dos estados.

Fontes externas e publicações relacionadas

Estatísticas Fiscais do Governo Geral:

<https://www.gov.br/tesouronacional/pt-br/estatisticas-fiscais-e-planejamento/estatisticas-fiscais-do-governo-geral>

Manual de Estatísticas Fiscais:

<https://www.tesourotransparente.gov.br/publicacoes/manual-de-estatisticas-de-financas-publicas-mefp/2015/30>

Government Finance Statistics Manual 2014:

<http://www.imf.org/external/Pubs/FT/GFS/Manual/2014/gfsfinal.pdf>